

**POBREZA e a opinião pública sobre o  
RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO**

**Autor:**

Diogo dos Santos Assis

**Projecto de Mestrado em**

**Economia Portuguesa e Integração Internacional**

**Orientador:**

Professora Doutora Nádía Nogueira Simões

(Docente, ISCTE Business School, Departamento de Economia)

Lisboa

2012-2013



# **POBREZA e a opinião pública sobre o RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO**

**Autor:**

Diogo dos Santos Assis

**Projecto de Mestrado em**

**Economia Portuguesa e Integração Internacional**

**Orientador:**

Professora Doutora Nácia Nogueira Simões

(Docente, ISCTE Business School, Departamento de Economia)

Lisboa

2012-2013

“Poverty devastates families,  
Communities and Nations.  
It causes instability and political  
Unrest and fuels conflict. Today,  
Some 800 million people are  
chronically hungry and malnourished.  
Every day, 30,000 children die due to  
causes directly related to poverty.”

**Kofi Annan**

## **Agradecimentos**

O tempo de realização desta tese, por razões profissionais, demorou mais tempo que o previsto. No início, tal como a maioria das pessoas que se propõe a realizar um projecto deste tipo, existia da minha parte um pouco de receio só de pensar no tempo e trabalho que levaria a concluir esta dissertação, de qualquer forma não poderia imaginar o quão interessante e desafiador seria o desenvolvimento da mesma. Por estas razões tenho a clara percepção de que não teria concluído este projecto sem a ajuda, conselhos, paciência e apoio de algumas pessoas. Neste sentido, gostaria de deixar os meus agradecimentos a quem me apoiou.

O meu primeiro agradecimento vai para a orientadora de tese, Professora Doutora Nádía Nogueira Simões, por toda a disponibilidade demonstrada ao longo de todo o processo, pela sua orientação, comentários e análises que em muito contribuíram e possibilitaram o finalizar do projecto.

Aos meus pais, pela paciência, apoio e pressão (no bom sentido do termo), mas sobretudo pela possibilidade que me deram de realizar este mestrado. Tenho a certeza que sem eles não teria tido a oportunidade de ingressar na ISCTE Business School e por isso lhes deixo o meu muito obrigado.

Agradeço aos responsáveis da empresa onde trabalho, Doutor Urbano Veiga e Doutor Manuel Rosa, pela disponibilidade de horários que me proporcionaram e pelo apoio que me deram durante o tempo de realização da dissertação.

Agradecimentos especiais à Tânia Coutinho, pela ajuda e pelos conhecimentos que me transmitiu, e à Cátia Nunes Gomes, pela força, paciência e animo e que sempre me deu ao longo desta etapa.

Por último, mas não menos importantes, quero agradecer a toda a minha família e amigos pelos incentivos que me deram e que foram também importantes para me sentir motivado na conclusão da tese.

**Índice**

Resumo .....	7
Abstract.....	8
Sumário Executivo .....	9
Abreviaturas e Acrónimos .....	12
1) Introdução.....	13
1.1) Conceito de Pobreza.....	15
1.2) Causas da Pobreza.....	17
1.3) Categorias socialmente vulneráveis .....	19
1.4) Medir Pobreza / Indicadores de Pobreza.....	25
1.5) Discussão crítica dos Indicadores .....	29
2) Combate à pobreza.....	31
2.1) Modelo Social Europeu de Estado Providência: Como ideal .....	31
base de combate à Pobreza .....	31
2.1.1) Caso Português.....	33
2.2) Educação, Saúde e Emprego - Análise comparativa.....	36
2.2.1) Educação .....	37
2.2.2) Saúde .....	41
2.2.3) Emprego .....	43
2.3) Papel da Acção Social Portuguesa no combate à pobreza .....	45
2.4) Segurança Social Portuguesa .....	47
2.5) Políticas sociais activas e passivas .....	50
3) RSI.....	53
3.1) Características .....	53
3.1.2) Problemas .....	55
3.2) Análise Empírica RSI: Objecto e modelo de estudo .....	57
3.2.1) Instrumento e Amostra .....	58
3.2.3) Caracterização da amostra.....	59
3.3) Perspectiva geral sobre o RSI.....	61
3.3.1) Conhecimento de causa e a perspectiva geral sobre o RSI .....	63
3.3.2) - O papel das características sociais na criação de perspectivas sobre o RSI .....	64
4) Conclusão .....	67
5) Bibliografia .....	69
A) Anexos de Informação estatística complementar sobre dimensões socioeconómicas .....	73
A.1) Informação estatística de dados relativos ao tema Saúde.....	73
A.2) Informação estatística de dados relativos ao tema Emprego.....	74

## Pobreza e Rendimento Social de Inserção

A.3) Informação estatística de dados relativos à Acção Social Portuguesa .....	75
A.4) Informação estatística de dados relativos à Segurança Social Portuguesa.....	75
B) Anexos relativos à análise estatística desenvolvida através .....	77
do inquérito sobre o RSI.....	77
B.1) Caracterização da Amostra.....	77
B.2) Construção do Índice para o conceito de perspectiva.....	78
B.3) Conhecimento de causa e perspectiva .....	79
B.4) ANOVA n-WAY – As características sociais e a perspectiva geral .....	80
B.5) Género e condição profissional .....	81
B.6) Habilitações literárias e Idade.....	85
Inquérito .....	90

## Resumo

A problemática Pobreza é um fenómeno actual que continua a afectar muitos países sejam eles desenvolvidos ou estando em vias de desenvolvimento, sendo por isso uma preocupação central das principais Instituições Públicas em termos mundiais, como tal, a mesma será alvo de análise neste projecto. As políticas sociais e as ferramentas de combate à pobreza existentes um pouco por toda a Europa são outro ponto central de análise.

O Rendimento Social de Inserção (RSI) insere-se nesta dissertação como uma política social activa de combate à Pobreza, criada pelo Governo Português em 1996, denominado na altura por Rendimento Mínimo Garantido (RMG).

A temática Pobreza será analisada de forma aprofundada. O conceito, as causas, os grupos vulneráveis e as formas de combate serão alvo de uma observação detalhada. Pretende-se portanto contribuir para uma compreensão e clarificação do fenómeno através das referidas análises.

Pretende-se também desenvolver uma análise que demonstre a eficácia das políticas sociais de combate à pobreza e verificar a forma como estas são implementadas.

O RSI é uma política social algo controversa no que se refere à aceitação e opinião dos indivíduos em Portugal em relação à sua adequabilidade e características. Desta forma, esta dissertação tem como objectivo final analisar a opinião dos Indivíduos da Região Metropolitana de Lisboa sobre o RSI.

Palavras-Chave: Pobreza; Combate à Pobreza; Rendimento Social de Inserção; Opinião Pública sobre o RSI.

**Abstract**

Poverty is still a current phenomenon that continuously affects many countries, whether developed or developing, being consequently a central concern of major Public Institutions globally, therefore, it will be analyzed in this project. Social policies and tools used to decrease poverty existing almost everywhere in Europe are another crucial point of this analysis.

The main element of this dissertation is the *Rendimento Social de Inserção (RSI)*, previously *Rendimento Mínimo Garantido (RMG)*, which was created by the Portuguese Government in 1996 as an active social policy to fight poverty.

Poverty will be analyzed in-depth. The concept, causes, vulnerable groups and tools to combat poverty will be analyzed in detail. The aim, is therefore to contribute for an understanding and elucidation of the phenomenon through such analyzes.

The purpose is also to develop an investigation that demonstrates the effectiveness of social policies to combat poverty and evaluate how they are implemented.

The *RSI* is somehow a controversial policy concerning acceptance and opinion of individuals in Portugal, regarding to their suitability and characteristics. To conclude, the final aim of this paper is to identify what is the general opinion about *RSI* of individuals who live in the Metropolitan Region of Lisbon.

Keywords: Poverty, Poverty Alleviation, Social Integration, Public Opinion about *RSI*.



## Sumário Executivo

O número de pessoas que o fenómeno Pobreza atinge é sem dúvida preocupante. Na Europa cerca de dezassete por cento da população é afectada pelo referido fenómeno e a tendência nos últimos anos é para o aumento da mencionada percentagem. Se se fizer a análise em termos mundiais, o número aumenta drasticamente, em determinadas regiões a nível global, metade da população desses locais vive em condições de pobreza. Estima-se que 1,1 bilião de pessoas vive em extrema Pobreza, a Ásia é o continente com mais indivíduos afectados, mas o continente africano é o que em termos proporcionais apresenta um número mais elevado de pessoas a viver em condições de pobreza ou extrema pobreza. Em Portugal este fenómeno tem causado uma enorme apreensão recentemente, uma vez que existem milhares de cidadãos portugueses a viver em risco de pobreza e muitos outros a viver em condições de pobreza e o número segundo dados estatísticos existentes, tem aumentado nos últimos anos devido à crise económica e financeira actual.

Deste modo o tema proposto para a dissertação da tese, apesar de já ter sido bastante debatido e alvo de muitas análises, continua muito actual e um problema das sociedades contemporâneas. O combate e eliminação da pobreza é, para além de um objectivo social, um tema central dos governos de praticamente todos os países. Os principais factores responsáveis pela existência de pobreza estão dependentes do funcionamento socioeconómico e político de um determinado país. O número de associações existentes à escala mundial com o único objectivo de combater a pobreza é praticamente incontável, e o número de voluntários que diariamente se disponibilizam para ajudar no combate ao supracitado fenómeno é também muito elevado.

Este projecto propõe analisar de forma aprofundada o conceito, as causas, os grupos vulneráveis e os principais indicadores da pobreza, com o objectivo de contribuir para uma melhor compreensão e clarificação do fenómeno. O modelo seguido pelos principais estados europeus é também um aspecto importante no que se refere ao modo como são aplicadas as políticas sociais de combate à pobreza nos diferentes países europeus. Esse modelo tem como objectivo o bem-estar social e por isso a eliminação progressiva da pobreza, designado por Estado Providência, que são resultado de longos processos de estruturação e de uma série de factores em interacção e que são as bases no que concerne ao combate à pobreza e exclusão social na Europa.

## Pobreza e Rendimento Social de Inserção

A Educação, Saúde e Emprego são três aspectos fundamentais que podem contribuir para o aumento ou diminuição do fenómeno em estudo. A análise comparativa realizada ao longo do projecto, permite perceber claramente que Portugal se encontra com um atraso significativo em relação aos restantes estados membros, no que se refere aos níveis educacionais, ao desenvolvimento do sistema de saúde nacional e às condições de emprego a que os cidadãos portugueses estão sujeitos.

O papel da Acção Social Portuguesa, que ganhou a referida denominação nos anos 80, apesar de ter um percurso já antigo no seio da comunidade Portuguesa, será também discutido. Fica claro através da análise realizada neste projecto que a mesma é um objecto fundamental na salvaguarda dos direitos humanos, elementar para uma maior igualdade económica e social, primordial no combate à exclusão e essencial para proteger a dignidade dos indivíduos.

A principal instituição do Estado português no combate à pobreza é outro tema abordado, a Segurança Social Portuguesa, é hoje uma das mais importantes Instituições no que concerne ao auxílio dos indivíduos considerados pobres ou socialmente excluídos e por isso um objecto fundamental nesta análise, tal como as Políticas sociais activas e passivas que ao longo dos últimos anos têm sofrido mudança gradual, a criação de medidas para se garantir a possibilidade dos cidadãos adquirirem novos conhecimentos e terem novas oportunidades de educação (sobretudo aqueles que deixaram a escola cedo) foi algo que os Estados membros debateram e que continua a ser um objectivo, nesse sentido é visível que a adopção de medidas activas são claramente uma mais valia no combate à pobreza face às políticas sociais passivas que como se verá apenas se limitam a oferecer benefícios aos indivíduos em risco de pobreza.

As alterações das referidas políticas (activas e passivas) deram lugar ao Rendimento Social de Inserção que foi criado em 1996, denominado na altura por Rendimento Mínimo Garantido. O mesmo é uma medida que, para além de colmatar as fragilidades financeiras, acarreta consigo uma modalidade de investimento no processo de inclusão social e que cria a necessidade da existência de um compromisso entre Estado e cidadão, assim os seus beneficiários não se limitam a receber benefícios, têm de cumprir determinadas normas para continuar a ter acesso ao mesmo. As suas características e problemas serão alvo de análise através dos inquéritos realizados propositadamente para a conclusão deste projecto. Assim, através de uma extensa análise estatística aos referidos inquéritos, aplicados a cidadãos residentes na metrópole

da capital portuguesa, é possível perceber que a concordância em atribuir ou não os subsídios, é condicionada pelos deveres que os seus subsidiários acarretam, pelo que na opinião da esmagadora maioria dos inquiridos o não cumprimento do programa e de determinadas regras deve dar origem ao cessamento dos subsídios. Finalmente será também possível analisar através do cruzamento de dados sobre a caracterização dos inquiridos, se as condições em termos profissionais, habilitações literárias, preocupação com a pobreza, etc. influenciam a sua perspectiva em relação à possibilidade de atribuição do RSI.

**Abreviaturas e Acrónimos**

**CE** – Comissão Europeia

**CIES** – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

**DGSSS** – Direcção Geral da Solidariedade e Segurança Social

**He** – *Headcount*

**EU** – União Europeia

**Eurostat** – Organização Estatística da Comissão Europeia

**FEANTSA** – *European Federation of National Organisations Working with the Homeless*

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**INE** – Instituto Nacional de Estatísticas

**IS** – Índice de Sen

**ISCED** – *International Standard Classification of Education*

**IVA** – Imposto de Valor Acrescentado

**OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**PALOP'S** – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

**PG** – *Poverty Gap*

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PNAI** – Plano Nacional de Acção para a Inclusão

**PT** – Portugal

**MP** – Magnitude da Pobreza

**RMG** – Rendimento Mínimo Garantido

**RSI** – Rendimento Social de Inserção

**SPSS** – *Statistical Package for the Social Sciences*

**UNAIDS** – *Joint United Nations Programme on HIV/AIDS*

**VIH** – Vírus da Imunodeficiência Humana

## 1) Introdução

A Pobreza é um fenómeno que afecta cerca de dezassete por cento da população europeia (considerada, no entanto, uma das regiões mais ricas do mundo), como tal, este é um problema que as sociedades democráticas se têm vindo a debater ao longo das últimas décadas e que continua a estar na ordem do dia. Este facto fica assente na decisão que o Parlamento e Conselho Europeu tomaram, ao considerar 2010 como o ano europeu de combate à pobreza e exclusão social (<http://ec.europa.eu>).

Através do estudo *Growing unequal? Income distribution and poverty in OECD countries* (2008), a OCDE em 2008, concluiu que o fenómeno pobreza está entre os principais problemas com que se defronta a Humanidade, visto que, a mesma tem aumentado em sentido paralelo com o crescimento económico, sobretudo depois da década de noventa, este facto demonstra e lança o debate sobre as fragilidades e lacunas do actual modelo económico de crescimento (INE, 2010).

No ano de 2009, o Banco Mundial alertou para a necessidade de se reduzir a pobreza à escala global. Segundo esta instituição, a crise económica provocou um aumento acentuado da pobreza extrema, que afectava à data cerca de 50 milhões de pessoas em todo o Mundo, facto que pode ter consequências catastróficas nos países em desenvolvimento. Este tipo de pobreza afecta sobretudo mulheres e crianças, que se apresentam como os grupos mais vulneráveis às dificuldades que a crise económica apresenta actualmente. Mais recentemente, em 2011 a mesma Instituição estimou que 1,1 bilião de pessoas vive em extrema Pobreza, sendo que a Ásia é o continente com um número maior de indivíduos afectados pelo fenómeno, mas o continente africano é aquele que em termos proporcionais mais preocupa, dado que, segundo a mesma fonte, cerca de metade da população vive nessas condições.

Em Portugal este é sem dúvida um dos fenómenos que maior apreensão causa a vários sectores da sociedade, uma vez que existem milhares de cidadãos portugueses a viver em risco de pobreza, em alguns casos, os próprios direitos humanos expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, são postos em causa por não serem respeitados, e por isso este é um problema que, para além de grave, deve ser uma preocupação fundamental, tanto a nível social como político.

Esta dissertação irá começar por abordar o fenómeno da pobreza em termos gerais, em primeiro lugar será abordado o conceito de pobreza, as causas da pobreza e

as categorias (grupos ou indivíduos) socialmente vulneráveis ao fenómeno. De seguida é feito um levantamento dos indicadores de medição de pobreza, seguida de uma análise crítica a esses indicadores.

A segunda parte trata de aspectos relacionados com as medidas existentes no que concerne o combate à pobreza. Em primeiro lugar é feita uma análise dos alicerces iniciais das políticas desenvolvidas em determinados países europeus no combate à pobreza, sendo por isso analisado o fenómeno e a introdução das políticas do denominado Estado de Providência, e o caso específico português. De seguida é feita uma análise comparativa de três factores explicativos que podem favorecer o crescimento ou diminuição da Pobreza em termos europeus: a educação, o emprego e a saúde. Posteriormente é analisado mais especificamente o caso português no que respeita ao papel da Acção Social Portuguesa e ao funcionamento da Segurança Social como instrumentos fundamentais no combate à pobreza. Finalmente, a segunda parte desta dissertação termina com uma análise às políticas sociais activas e passivas aplicadas na Europa mas tendo sempre Portugal como ponto central e é nesse contexto de políticas sociais activas que surge o terceiro e último tema deste trabalho, o Rendimento Social de Inserção.

Como referido a terceira e última parte desta dissertação terá como tema primordial o RSI, em primeiro lugar será feita uma pequena análise sobre as suas características, evolução e problemas. Posteriormente irá proceder-se a uma análise ao inquérito realizado durante a realização desta dissertação sobre o tema em questão. Serão analisadas em primeiro as características dos inquiridos, nomeadamente a sua idade, habilitações literárias e situação profissional, para se tentar perceber se os mesmos manifestam preocupações com o fenómeno da pobreza. No entanto, o principal objectivo do inquérito e consequentemente desta terceira parte da dissertação é perceber se os inquiridos concordam com as políticas introduzidas pelo estado português através da implementação do rendimento social de inserção e será essa a principal conclusão que se pretende retirar na elaboração deste projecto.

### 1.1) Conceito de Pobreza

O debate sobre o conceito é extenso, e por isso torna-se importante começar por defini-lo. Diversos autores apontam diferentes concepções de pobreza e todavia não existe uma definição consensual, mas em todas elas está presente a dimensão de “basic needs”, que dá um sentido socioeconómico a este fenómeno, relacionando-o com elementos como cuidados alimentares, saúde, educação, habitação, etc.

Directamente aliados a este sentido socioeconómico, estão os conceitos clássicos de pobreza: *Pobreza absoluta*, *Pobreza relativa* e *Pobreza subjectiva* (Capucha, 2005), as duas primeiras avaliam concretamente as condições de vida das pessoas e por isso são consideradas noções objectivas de pobreza, por sua vez a terceira e última concepção regula-se apenas pelo juízo que as pessoas fazem da sua própria situação/condição, sendo por isso considerada uma noção subjectiva de pobreza (Costa et. All, 1985).

Em 1995, a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social definiu *Pobreza absoluta* como “condição caracterizada por uma privação severa de necessidades humanas básicas, incluindo, comida, saúde, habitação, educação e informação”, como tal, esta noção de pobreza relaciona-se com as necessidades básicas da população para viver de forma condigna, sendo que em casos extremos, coloca também em causa a subsistência física dos indivíduos (pobres). É de referir ainda, que este conceito limita-se a definir o limiar de pobreza através de critérios científicos, não considerando o nível de desenvolvimento geral da sociedade, pois não existe qualquer termo de comparação entre as condições de vida das pessoas ou famílias (Costa, 1985).

Por sua vez, a *Pobreza relativa*, analisa e compara os padrões sociais da população, definindo como pobres aqueles que não têm condições para usufruir das mesmas condições de vida da restante sociedade, ou seja, que não têm garantido um nível de vida aceitável na sociedade onde vivem (Costa, 1985).

A *Pobreza subjectiva*, baseia-se na percepção que os indivíduos têm em relação à pobreza, tal percepção advém tanto por parte dos pobres (que são os primeiros a identificar e experimentar as suas situações de privação), como dos não pobres (que têm também um papel importante no que concerne à identificação daqueles que vivem em situações de carência). Este conceito torna-se desta forma, importante na observação estatística da pobreza (INE, 2010).

Estes conceitos clássicos têm evoluído com o passar dos tempos, sendo que actualmente quando se fala de pobreza é comum associar-lhe também o conceito de *exclusão social*. No entanto, autores que abordam estes fenómenos chamam a atenção para o facto da necessidade de não se confundirem as duas concepções. O conceito de Pobreza é mais antigo que o de exclusão social e refere-se sobretudo à insuficiência de rendimentos, enquanto que o segundo conceito apareceu com o fenómeno da Globalização. Esta trouxe consigo novas formas de manifestação da Pobreza, como o grau de escolaridade, o domínio das novas tecnologias de informação ou a falta de afectos. Foi neste contexto de desintegração social que surgiu o conceito de exclusão social, que é mais abrangente que a própria noção de pobreza (Lourenço, 2005). Para Bruto da Costa (e concluindo a análise relativamente ao conceito do fenómeno em estudo), pobreza é uma “situação de privação por falta de recursos” e exclusão “implica que os indivíduos estejam excluídos de algo”, visto isto “o conceito de exclusão não substitui o de pobreza, pelo contrário complementa-o” (Costa, 2008). Assim, a exclusão social é consequência da desarticulação de fracções da sociedade, estas conduzem à não participação, por parte dos indivíduos excluídos, num conjunto de benefícios ou direitos que um cidadão de uma dada sociedade é pleno de direito. A não participação resulta da falta de recursos (tanto a nível económico, como cultural ou social) por parte das pessoas excluídas (Capucha, 1998).

O conceito de pobreza tem também associadas algumas palavras-chave que são uma importante parte da sua concepção. Lorenzo Giovanni (2005) define o fenómeno de pobreza através de três palavras: *Carência*, *Impossibilidade* e *Padrões de Vida*. Em primeiro lugar, a *Carência* de algum aspecto considerado básico, como alimentos ou abrigo que são elementos considerados indispensáveis para a sobrevivência e dignidade humana. Em segundo lugar a *Impossibilidade* ou falta de capacidade de participar em determinados aspectos da vida em sociedade ou a impossibilidade de se possuir de elementos básicos. Por último lugar os *Padrões de Vida* que têm que ver com os padrões que são socialmente aceites num determinado local pelos indivíduos, e que têm que ver com a possibilidade de se possuir determinados bens materiais (Bellù 2005).



## 1.2) Causas da Pobreza

Existem vários factores que estão directamente relacionados com as causas da Pobreza, no entanto são os factores socioeconómicos e políticos e o seu bom ou mau funcionamento que determinam o nível de incidência deste fenómeno. Como tal, pretende-se agora abordar quais as causas que determinam a existência de pobreza num determinado país ou local.

Este assunto remete-nos para uma pergunta central. Quais as razões e quais os motivos que tornam as pessoas pobres? A resposta a esta pergunta é debatida há muito tempo por políticos, membros de instituições governamentais, economistas, sociólogos, académicos de diferentes áreas, entre muitos outros. Vários economistas apontam razões que têm que ver com a falta de recursos, incapacidade dos agregados familiares utilizarem de forma activa recursos a que têm direito como a saúde e outros serviços sociais, e uma outra questão está relacionada com as condições sociais e económicas onde estão inseridos os indivíduos, nomeadamente no que se refere às condições que as economias locais e nacionais ofertam (Francis, 2006). Existem no entanto outros fenómenos que são importantes referir, os estados nacionais têm um papel fundamental no que respeita à evolução da pobreza num determinado país. O acesso a bens e serviços é muito condicionado pelas estruturas legais que definem os direitos de cada indivíduo aos recursos privados ou comuns. Esse acesso pode também ser afectado por razões sociais, como a discriminação com base no género, etnia, raça ou *status* social, como tal o acesso aos direitos e recursos disponíveis num determinado espaço geográfico é muito influenciado pela intervenção estatal, que por sua vez é influenciada por diferentes grupos e forças políticas instaladas. Finalmente abordar três aspectos, em primeiro lugar a flutuação dos mercados que condicionam a economia e por sua vez podem contribuir fortemente para um maior ou menor número de pobres, as condições climatéricas, que em determinados países influenciam fortemente o aumento da pobreza (sobretudo em climas muito quentes e secos) e as condições políticas (sejam democráticas ou não democráticas) que regulam a diminuição ou aumento da exclusão social e por sua vez da pobreza (World Bank 2000/2001).

As situações de pobreza têm características próprias dependendo de diversos fenómenos como o próprio espaço geográfico em que se insere a análise. Em África por exemplo a malária, as altas temperaturas, a abundância de diversas espécies como

mosquitos, são factores explicativos e que contribuem para a propagação da pobreza. Por sua vez outros espaços geográficos têm especificidades distintas (Sachs, 2005).

Segundo Lourenço (2005) são considerados dois tipos de factores explicativos das causas da pobreza num determinado local, os de âmbito macro e meso e os de âmbito micro.

Os factores de âmbito macro e meso estão relacionados com a sociedade no seu todo. Neste campo considera-se que a ausência de oportunidades é o principal factor das causas da Pobreza, ou seja, é através da ausência de oportunidades que os indivíduos permanecem ou ficam privados dos padrões de vida encarados como dominantes (aquelas que as famílias em geral possuem) numa determinada sociedade. Como tal, estes factores estão também ligados à estrutura da economia no seu todo ou de um determinado país. O modo de funcionamento das organizações e do funcionamento do sistema económico, a nível Internacional e Nacional, é um elemento importante para definir as oportunidades e condições de vida da sociedade. Visto isto, é possível apontar exemplos concretos de factores macro e meso: fenómenos como corrupção, justiça lenta ou parcial, impostos elevados, discriminação sobre indivíduos ou grupos, falhas de mercado, crise económica nacional ou internacional, entre outros elementos, irão gerar situações de pobreza ou exclusão social (Galito 2011; Silva, 2011).

Os factores de âmbito micro estão por sua vez, relacionados com as próprias incapacidades pessoais ou familiares dos indivíduos, em sair ou não ingressar, nos grupos sociais considerados pobres. Neste elemento são incorporados um conjunto de elementos respeitantes à dimensão da família, como cuidados de saúde, higiene, educação, percursos e história de vida, oportunidades aproveitadas e perdidas, etc., por se tratarem de factores de pobreza estabelecidos tanto a nível pessoal como a nível familiar.

Desta forma, a pobreza a nível micro, manifesta-se dependendo da atitude dos indivíduos perante os efeitos dos factores descritos e também das estratégias que os mesmos adoptam para os combater. Nesse sentido as estratégias tornam-se fundamentais para que a pobreza tenha um impacto, de maior ou menor incidência, perante os indivíduos ou famílias (Lourenço, 2005).

### 1.3) Categorias socialmente vulneráveis

Nesta fase da dissertação pretende-se fazer um levantamento dos grupos que se apresentam mais vulneráveis ao fenómeno em estudo, isto é, aqueles que estão em maior risco de se tornarem pobres.

Como foi visto no subcapítulo anterior, os principais factores responsáveis pela existência da pobreza estão dependentes do funcionamento socioeconómico e político de um determinado país. Mas a “lista” que diz respeito aos grupos mais vulneráveis a este fenómeno, é praticamente igual em todos os lugares. No entanto, irá proceder-se a uma abordagem mais específica desses grupos, e como tal será identificado apenas o caso português, por existirem aspectos só possíveis de identificar numa abordagem que tenha em consideração os aspectos específicos existentes num determinado sítio, neste caso Portugal.

A identificação dos grupos mais vulneráveis à pobreza nesta dissertação, tem como base, os estudos mais recentes realizados pelo INE e o estudo da Direcção Geral da Segurança Social “Pobreza e exclusão social e Políticas Sociais em Portugal”. Desse modo serão considerados quatro grupos distintos, nomeadamente, as *Minorias*, os *Indivíduos com fraca qualificação profissional*, os *Portadores de doenças socialmente estigmatizadas* e *indivíduos com modos de vida marginais e outros*. Estes grupos são considerados aqueles que devem sofrer uma maior atenção social por parte das Instituições que combatem a existência de Pobreza em Portugal.

Analisando agora cada um destes grupos, começa-se por analisar as *Minorias*, onde se podem integrar os Imigrantes (provenientes sobretudo dos PALOP’S e de Leste) e as *Minorias étnicas* (com especial incidência para a etnia cigana). Em ambos os casos existe uma ligação à cultura do país de origem destes indivíduos, que mais não é, que uma cultura distinta da realidade Portuguesa. Desta forma, existem casos de difícil adaptação aos costumes portugueses, o que por muitas vezes afasta estes indivíduos da sociedade, tornado o processo de integração demorado e a obtenção de um emprego uma tarefa difícil.

No segundo grupo, *Indivíduos com fraca qualificação profissional*, integram-se os indivíduos Desempregados (sobretudo os de longa duração), Idosos pensionistas (ou não) e Famílias em situação de monoparentalidade. Estes grupos vivem o seu dia-a-dia com bastante dificuldade, normalmente não têm grande esperança em relação a um futuro melhor e acima de tudo tentam maximizar ao máximo os seus consumos diários,

para dessa forma puderem sobreviver de forma condigna, visto que os seus recursos são muito reduzidos.

No caso dos Desempregados, que têm vindo a aumentar de forma bastante significativa nos últimos anos em Portugal e também um pouco por toda a Europa, o seu rendimento em muitos casos provém do subsídio de desemprego, mas no caso do desemprego de longa duração este subsídio deixa de ser uma realidade. Dessa forma, a solução encontrada foi a introdução do Rendimento Mínimo garantido em 1996 (actualmente designado por Rendimento Social de Inserção). No entanto, esta solução é apenas temporária, visto que nem todos os desempregados usufruem deste benefício e aqueles que usufruem apenas têm direito ao mesmo por um período limitado de tempo. Devido a todos estes problemas, existe um número significativo de desempregados que optam por exercer actividades através da utilização da economia clandestina (Lourenço, 2005).

Em relação aos Idosos pensionistas (ou não), é importante começar por referir que Portugal é actualmente um dos países mais envelhecidos da Europa. Foi na década de 90 que este fenómeno se agravou, devido, principalmente aos baixos níveis de fecundidade. Esta mudança na estrutura demográfica Portuguesa apresenta-se bastante problemática, pois tem consequências negativas tanto a nível económico como social. O facto do número de pensionistas aumentar todos os anos, constitui uma despesa bastante elevada para o Estado Português.

No que concerne às famílias monoparentais, é preciso referir que este não é um problema que afecta de igual forma todos os países, nalguns casos o facto de uma família apresentar apenas um elemento adulto, não aumenta directamente os seus riscos de exposição à pobreza. Mas no caso português a realidade em que os agregados domésticos são constituídos somente por uma pessoa “maior”, a vulnerabilidade relativamente à pobreza aumenta. De acordo com o observatório das desigualdades do CIES, no caso das mulheres em situação monoparental e no caso das famílias em que existe mais de uma pessoa dependente, esta situação tem ainda tendência para se agravar. O mesmo acontece nos casos em que uma determinada pessoa vive sozinha. Segundo a plataforma de estatística e base de dados “Pordata”, o número de famílias monoparentais em Portugal tem aumentado de ano para ano, segundo a mesma fonte, existem mais de 300 mil famílias nesta situação em território português.

No terceiro grupo, *Portadores de doenças socialmente estigmatizadas e indivíduos com modos de vida marginais*, integram-se em subgrupos os

Toxicodependentes, Doentes de VIH/Sida, Reclusos e ex-reclusos e os Sem-abrigo. Estes indivíduos além de fazerem parte daqueles que apresentam maiores riscos de exposição à pobreza, são também aqueles que apresentam um nível mais elevado de exclusão social, como tal são os que têm mais dificuldade em sair do contexto de pobreza. A maioria destas pessoas encontra-se desempregada e têm grandes dificuldades em encontrar trabalho.

No caso concreto dos toxicodependentes, o número de consumidores dependentes de droga em Portugal é preocupante. Os dados do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência alertam para o contínuo crescimento do consumo, sendo que neste caso são os homens que mais preocupações levantam, no entanto o consumo tem também aumentado entre a população feminina. Muitos destes indivíduos, para além de viverem de forma marginal, são portadores de VIH/Sida, o que dificulta ainda mais a saída do risco de exposição à pobreza.

Quanto aos Doentes de VIH/Sida, existem várias instituições que apoiam estes cidadãos, as mesmas não conseguem chegar a todos os infectados pela doença, pelo que estes indivíduos são um dos grupos que maior exposição à pobreza têm. Segundo o programa de combate à doença das Nações Unidas “UNAIDS”, o número de infectados pelo vírus em Portugal é de aproximadamente 43 mil pessoas, e segundo o Relatório publicado em 2010 pelo Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas do Instituto Doutor Ricardo Jorge, é preocupante o número de infecções em pessoas com idades superiores a 50 anos, não só pelo aumento significativo que se tem assistido nos últimos anos em relação aos mesmos, como também às doenças que estes indivíduos muitas vezes têm associadas ao vírus da Sida, dificultando os processos de tratamento por parte dos profissionais de saúde. A este grupo de indivíduos acresce ainda o problema do desemprego que segundo a DGSSS ultrapassa os 70%.

Analisando agora o caso dos Reclusos e ex-reclusos, é relevante começar por mencionar que os mesmos são indivíduos com níveis de escolaridade muito baixas, a grande maioria detém o nível do ensino básico ou inferior, o que dificulta a reinserção socioprofissional mesmo depois de completarem as suas penas. As entidades patronais costumam encarar a inserção de ex-reclusos como uma ameaça no bom funcionamento das empresas, pelo que a procura de emprego por parte destes terá de ser feita de forma bastante persistente. Visto isto, a dificuldade em obter um emprego, a estigmatização social e a reincidência criminal são os principais factores que colocam os reclusos e ex-reclusos num dos grupos vulneráveis à pobreza.

Quanto ao grupo dos sem-abrigo, existem várias definições para os descrever. A *Federation of National Organisations Working with the Homeless*, que trabalha com os Sem Abrigo (FEANTSA), define-os como “aqueles que são incapazes de ter acesso a uma habitação adequada, pessoal ou permanente, e manter essa habitação devido a impedimentos financeiros e outros. Sem Abrigo é a ausência de abrigo pessoal permanente e adequado” (FEANTSA, 2000). Já a definição inglesa veiculada no *The Housing Act*<sup>1</sup> de 1985 refere que “uma pessoa é sem abrigo se não possui o direito legal ou se encontra impedida de ocupar uma casa de forma segura ou com razoável conforto”. Existem ainda autores que distinguem diferentes formas de conceptualizar estes indivíduos, colocando-os em graus distintos no que se refere à vulnerabilidade dos mesmos. Existem os Sem Abrigo “crónicos” (aqueles que passam longos períodos na rua), “periódicos” (deixam a sua casa para viver na rua quando sofrem algum tipo de pressão mais significativo) “temporários” (os que por uma situação inesperada ficaram sem casa) e os “totais” (o que vive em pior situação de todos, aquele que perdeu a esperança de adquirir habitação). Visto isto, facilmente se percebe que o conceito para classificar estes grupos, é alvo de uma longa discussão. No entanto todas elas têm um denominador comum: alojamento incerto, ausência de um tecto e inexistência de um meio familiar.

Segundo Lourenço (2005), as causas essenciais para que um indivíduo se torne Sem Abrigo em Portugal, devem-se sobretudo à existência de doenças mentais, doenças físicas e desemprego. No entanto, Pereirinha (2005) refere que factores relacionados com perdas familiares, profissionais ou individuais, têm conduzido à introdução na sociedade de “novos” Sem Abrigo. Outras causas têm que ver com toxicod dependência ou alcoolismo.

Para concluir esta análise relativa aos Sem-Abrigo resta dizer que os maiores problemas em relação aos mesmos têm maior impacto no Inverno, resultantes das vagas de frio que os assolam. Estas dificuldades são ainda maiores nalguns países europeus com climas mais frios, onde as temperaturas (negativas) podem tirar a vida a quem não tiver um abrigo.

No terceiro e último grupo de indivíduos vulneráveis à pobreza, definido neste trabalho como *outros*, encontram-se as crianças (sobretudo pertencentes a famílias

---

<sup>1</sup> The Housing Act: Acto desenvolvido nos Estados Unidos da América com o objectivo de proporcionar aos indivíduos um mercado imobiliário único com vista à igualdade de oportunidades no acesso à habitação

desestruturadas) e os Indivíduos com deficiências e incapacidades (dependentes). Em ambos os casos, apresentam-se elementos que não se enquadram em nenhum dos grupos já mencionados, daí a necessidade de os enquadrar num novo grupo.

No que concerne às crianças, as preocupações são várias. Crescer num ambiente familiar onde a pobreza é desde logo um dado adquirido, torna muito difícil a tarefa das instituições competentes em integrar estas crianças em meios próprios e adequados para o seu desenvolvimento educacional e social. Na maioria destes casos os exemplos vindos de casa também são negativos, pois não existe uma tentativa por parte dos pais em investir na educação académica e profissional dos seus filhos, contribuindo desse modo para que qualificação profissional destes não evolua.

Todas estas situações levam a que as crianças para além de não serem educadas no sentido de conseguir, em termos futuros, melhores condições de vida que os próprios pais, ainda tenham de ajudar na obtenção das necessidades imediatas da família, dificultando também deste modo o seu desempenho escolar, que em vários casos é totalmente desprezado pelos seus progenitores.

A taxa de natalidade tem vindo a diminuir de ano para ano em Portugal, no entanto, esta situação não é homogénea em todos os grupos sociais. A existência de algumas partículas da sociedade em que esta situação não acontece, dá-se precisamente nas famílias mais pobres que como já se viu, são aquelas que mais propiciam o desenvolvimento educacional incorrecto das crianças.

Para se fazer um levantamento de todas as dificuldades que afectam as crianças, de forma a poder resumi-las, veja-se Lourenço (2005) que refere que as crianças abandonadas e maltratadas, a estabilidade familiar, a delinquência juvenil e inadaptação social (resultante da violência familiar) e o Insucesso escolar e trabalho infantil, são os principais problemas que afectam as mesmas.

O primeiro caso, *crianças abandonadas e maltratadas*, resulta de problemas dos próprios pais. Nestes casos os familiares das crianças são pessoas com baixos níveis educacionais que dificulta a entrada no mercado de trabalho ou pessoas com problemas relacionados com álcool ou droga.

No segundo caso, *estabilidade familiar*, os principais problemas resultam da maternidade precoce e dos divórcios entre os familiares das crianças. Estes fenómenos prejudicam, em muitos casos, o desenvolvimento educacional das crianças. O facto do número de divórcios continuar a subir de ano para ano (segundo dados presentes no website do INE), é motivo de preocupação. De acordo com a fonte referida, em 2005 a

taxa bruta de divórcios em termos percentuais era de 2,1% e em 2010 passou para 2,6%, estes números são referentes a todas as zonas geográficas Portuguesas, tanto rurais como urbanas, no entanto é nas últimas que o impacto se dá com maior intensidade.

Relativamente à *Delinquência juvenil e inadaptação social*, é importante começar por referir que as crianças em meios mais pobres desde muito cedo se deparam com situações de violência e criminalidade, o que propicia a que comecem a seguir caminhos semelhantes. A violência familiar, os conflitos com colegas e professores, o insucesso escolar, etc. acontecem com alguma regularidade em meios mais pobres e podem ser indiciadores fortes de que estas crianças podem no futuro seguir o caminho da criminalidade. Existem instituições próprias, nomeadamente o Tribunal de menores, que tem competência para decidir sobre qual a forma de reintegrar socialmente as crianças com problemas de criminalidade e delinquência.

No que concerne ao último caso, “Insucesso escolar e trabalho infantil”, é mais uma vez preocupante o papel e os exemplos vindos de casa. A motivação que os próprios pais dão às crianças para estudar e cumprir com os deveres escolares é muitas vezes inexistente. A inclusão das mesmas em tarefas domésticas desde muito cedo e as más condições de habitação são outros factores que levam a que o abandono escolar de forma precoce aconteça de forma frequente em meios mais pobres.

A necessidade das famílias mais pobres em obter rendimentos imediatos para a satisfação das necessidades básicas do dia-a-dia é o principal motivo principal para que a existência de trabalho infantil em Portugal seja uma realidade. Segundo a lei, só a partir dos 16 anos se pode exercer uma actividade profissional, mas a realidade é que em Portugal existem muitos jovens com idades inferiores que já trabalham, de acordo com o Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil. Segundo o Relatório final de 2007 do mesmo programa ([http://www.peti.gov.pt/upload\\_ftp/docs/RelatorioFinal-SociNova.pdf](http://www.peti.gov.pt/upload_ftp/docs/RelatorioFinal-SociNova.pdf), 2007), a taxa de abandono escolar precoce e o trabalho infantil tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, no entanto o caminho a percorrer no sentido de os eliminar não se afigura fácil e exige que o papel das instituições responsáveis seja activo e rigoroso.

Finalmente o último grupo que se insere nas categorias socialmente vulneráveis, *Indivíduos com deficiências e incapacidades (dependentes)*. Segundo a lei Portuguesa, consideram-se indivíduos deficientes, aqueles que têm um nível de incapacidade superior a 60%. A inserção económica e social destes indivíduos é bastante problemática, a maioria vive sob uma pensão ou reforma e existem também muitos



casos em que estes cidadãos se encontram a cargo dos familiares (tornando-se assim dependentes). Mas não são apenas os indivíduos portadores de deficiência que se apresentam neste grupo, outro grande agregado de cidadãos considerados dependentes são os idosos, que em muitos casos vivem na solidão e a passar por grandes necessidades básicas, pois as reformas de que usufruem não são suficientes para as despesas alimentares e com medicamentos.

### **1.4) Medir Pobreza / Indicadores de Pobreza**

Se o conceito de pobreza é objecto de um longo debate por parte de muitos autores (como já referido anteriormente), os problemas metodológicos que surgem com o conceito de medição da mesma, não deixa de ser menos discutível, sobretudo se se pretender medir este fenómeno a nível internacional, onde as diferenças de país para país são evidentes.

O objectivo de medir a pobreza é identificar numa determinada sociedade os indivíduos ou famílias que são pobres e não pobres. Para isso será necessário a utilização da definição de “linha de pobreza” que se refere ao nível mínimo necessário de recursos que a população necessita para assegurar a existência física. Deste modo, é possível fazer a distinção entre dois níveis de pobreza: a “pobreza extrema” que corresponde ao rendimento necessário para superar as necessidades alimentares e a “pobreza moderada” ou simplesmente pobreza, que compreende as necessidades mínimas dos indivíduos para terem uma vida com condições consideradas dignas. Assim sendo, é necessário especificar que nível de pobreza se pretende medir, porém quando não se faz essa especificação considera-se o segundo nível de pobreza referido (pobreza moderada) que é aquela que se pretende estudar neste projecto.

Os primeiros estudos de linhas de pobreza centraram-se no rendimento mínimo necessário para manter a existência física, estas remontam para os finais do século XIX. Daí em diante este tema tem tido uma evolução grande e existem estudos recentes sobre esta matéria.

Estudos actuais associam esta análise frequentemente ao rendimento, sendo que o Eurostat desenvolveu aquela que é, actualmente, a definição mais utilizada tanto pelos autores, como pelas instituições que se dedicam à análise deste fenómeno, caracterizando as famílias com um rendimento correspondente a 60% da mediana do

rendimento por adulto equivalente de cada país, como em risco de pobreza (www.ine.pt, 2013). Por sua vez esta definição não compreende os diferentes tipos de pobreza, referidos no ponto 1.1 deste capítulo. Veja-se então as diferenças da medição de pobreza em cada uma das definições:

Relativamente às medidas de pobreza absoluta, e sabendo-se que as mesmas consideram apenas os indivíduos pobres, ignorando os não pobres, existem quatro indicadores que permitem fazer a sua medição: em primeiro lugar através do *Headcount*<sup>2</sup> (He), que se conhece pela seguinte fórmula:

$$He = H / N \quad (1)$$

onde: *He* – Headcount; *H* – Número de pobres; *N* – População total.

A mesma revela o número de pessoas que é pobre ou que se encontra abaixo da linha de pobreza, sendo este um indicador de incidência da pobreza.

Em segundo lugar, o indicador designa-se por *Poverty Gap* (PG) que declara o montante necessário para que os pobres deixem de o ser, sendo esta uma medida de intensidade da pobreza;

$$PG = (Z - M) \quad (2)$$

onde: *PG* – Poverty Gap, *Z* – linha de pobreza e *M* – Rendimento médio dos pobres.

O terceiro indicador tem em conta a severidade da pobreza e ao mesmo tempo expressa a proporção de pessoas pobres, conseguindo oferecer uma referência mais completa do fenómeno, designando-se deste modo por *Magnitude da Pobreza*<sup>3</sup> (MP):

$$MP = H / I \quad (3)$$

onde: *MP* – Magnitude da Pobreza e *I* – Valor da linha de pobreza.

O quarto e último indicador refere-se às medidas compósitas de pobreza, que são o “*Índice de Sen*” (IS) e o “*Índice de Foster, Greer e Thorbecke*” (IF).

---

<sup>2</sup> Headcount – Refere-se à contagem do número de pessoas presentes num determinado acontecimento ou fenómeno. Neste caso a contagem revela o número de pobres.

<sup>3</sup> Magnitude da Pobreza – tal como o “Índice de Sen” (desenvolvido posteriormente), este indicador foi criado por Amartya Sen, sendo a sua primeira proposta de medição da pobreza.

O *Índice de Sen* (IS) desenvolvido em 1976 tem em conta três axiomas: o de “foco” que depende apenas do rendimento dos pobres, ignorando os não pobres; o de “mono tonicidade” em que a medida aumenta quando aumenta também o rendimento dos pobres e o axioma de “fraco das transferências” este é sensível às mudanças da distribuição entre os pobres. Através da fórmula matemática seguinte é possível perceber o nível de desigualdade entre os pobres, pois quanto mais perto o valor estiver de 0 (zero) maior é a igualdade, pelo contrário quanto mais perto o valor estiver de 1 (um) maior é a desigualdade.

$$IS = H [I + (1 - I) \cdot G] \quad (4)$$

onde:  $G$  – Índice de Gini.

Por sua vez o Índice de Foster, Greer e Thoebecke satisfaz os três axiomas de Sen e inclui ainda mudanças sensíveis nas desigualdades entre os pobres. A sua fórmula representa-se da seguinte forma:

$$FGT_{\alpha} = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^H \left( \frac{z - y_i}{z} \right)^{\alpha} \quad (5)$$

onde:  $IF$  – Índice de Foster, Greer e Thorbecke e  $a$  – valor que pondera a intensidade da pobreza.

Pronunciando agora os indicadores referentes às medidas do conceito de pobreza relativa, é importante começar por dizer que é através do rendimento daqueles que não são pobres, que se faz o reconhecimento daqueles que o são, como tal, este tipo de medidas considera que existe pobreza em todas as sociedades, a não ser que todos os indivíduos tenham o mesmo rendimento. Assim, consideram-se pobres aqueles que numa dada sociedade tenham rendimentos bastante mais baixos que a média da restante população (ao contrário das medidas de pobreza absoluta em que um individuo é considerado pobre quando vive abaixo de um determinado rendimento).

Inerente às medidas de pobreza relativa, estão as medidas de desigualdade relativa (é necessário não confundir desigualdade<sup>4</sup> com pobreza, estas são duas abordagens diferentes e vários autores chamam a atenção para esta particularidade), as

---

<sup>4</sup> Desigualdade – conceito que está associado a diferenciação social, ou a uma apropriação diferenciada de riqueza ou bens materiais em relação directa com a sociedade de um determinado espaço geográfico.

mesmas servem para avaliar as diferenças na distribuição do rendimento numa determinada sociedade.

Todas as medidas de desigualdade ou pobreza têm juízos de valor, tornando assim os resultados diferentes consoante o tipo de medida utilizada. Numa abordagem clássica desenvolvida em 1978 por Fields e Fei, são apresentados elementos que permitem a medição de desigualdade. A primeira, “axioma de simetria” que pondera a alteração de rendimento entre dois indivíduos; em segundo lugar o “axioma de independência da população” que considera que a dimensão da população não deve influenciar o grau de desigualdade; o terceiro elemento designa-se por “axioma de independência de escala” devendo este ser independente do valor absoluto do rendimento, ou seja, o nível de rendimento não é tomado em conta; o último elemento é denominado por “axioma do princípio das transferências de Pigou-Dalton” que considera que a transferência de um determinado rendimento de um indivíduo mais rico para um indivíduo mais pobre deve fazer decrescer a desigualdade presente na sociedade. Todos estes elementos são considerados por muitos autores que se dedicam ao estudo do fenómeno da pobreza e desigualdade, no entanto, não existe um consenso real na aceitação de todos eles.

Finalmente importa referir quais os índices e a curva que permitem medir a desigualdade: Índice de Gini, Curva de Lorenz e o Índice de Atkinson.

Em primeiro lugar, o Índice de Gini (também conhecido por coeficiente de Gini), serve para calcular a desigualdade na distribuição do rendimento entre os mais ricos e os mais pobres, o resultado do cálculo matemático varia entre 0 e 1, correspondendo “zero” a uma completa igualdade de rendimento (todos possuem um igual valor de rendimento) e “um” corresponde a uma completa desigualdade do rendimento (significa que apenas uma pessoa detém toda a riqueza e a restante população não possui qualquer rendimento).

A Curva de Lorenz consiste num gráfico que procura ilustrar as desigualdades na distribuição de rendimento das famílias numa dada sociedade, deste modo a representação gráfica é feita pela percentagem acumulada da população num dos eixos e pela percentagem acumulada do rendimento no outro eixo. Quanto mais ampla for a linha da curva presente no gráfico maior será o rendimento.

Finalmente o Índice de Atkinson, em relação aos indicadores anteriores tem a vantagem de cumprir todos os juízos de valor de Fields e Fei (já referidos anteriormente), tornando-os deste modo explícitos. Na fórmula matemática deste índice,

torna-se fundamental perceber o bem-estar dos pobres, pois quanto maior for o seu valor, maior importância se dá ao rendimento, deste modo, conclui-se que a perda de bem-estar provém da desigualdade dos rendimentos entre os mais pobres.

### 1.5) Discussão crítica dos Indicadores

Descritos os indicadores de pobreza absoluta, é necessário fazer também uma análise dos problemas ou limitações associados aos mesmos. Relativamente ao primeiro indicador *Headcount*, é de referir que é uma medida bastante utilizada por vários autores pela simplicidade que apresenta, pois define apenas a percentagem de pessoas que se encontram abaixo da linha da pobreza o que facilita a sua leitura, no entanto, as deficiências que o indicador apresenta são evidentes quando se expõe como único elemento de medição, em primeiro lugar porque não diz quais as diferenças de rendimento existentes entre os pobres, ou seja, não tem em atenção a severidade da pobreza, e em segundo lugar porque não revela a evolução da pobreza, mesmo que a situação dos pobres tenha piorado num determinado período de tempo, a percentagem do indicador vai manter-se constante caso o número de pobres não tenha aumentado, não considerando por isso a distribuição do rendimento.

Quanto às limitações do *Poverty Gap*, apesar de ser um complemento ao *Headcount*, não tem em conta o número de pessoas afectadas pela pobreza e tal como o primeiro indicador também não apresenta nada em relação à distribuição do rendimento.

A *Magnitude da Pobreza* por sua vez resolve alguns dos problemas dos dois indicadores anteriores, pois de uma vez só, reflecte o número de pobres e a intensidade da pobreza, porém, não utiliza valores médios, o que dificulta o conhecimento real da distribuição.

Analisando o *Índice de Sen*, é possível constatar que apesar de ser uma evolução do indicador anterior, continua a não resolver todos os problemas inerentes à medição da pobreza. O primeiro axioma (o de foco) satisfaz “H” e “I”; o segundo axioma (de mono tonicidade) satisfaz “I”, mas não “H”; por sua vez, o terceiro axioma (fraco de transferências) não satisfaz nem “I” nem “H” (ver anexo I.IV para verificar as fórmulas do Índice). Como tal, este indicador é mais sensível às alterações do número de pobres do que os restantes, ou seja, se se fizer a medição do fenómeno em estudo através do

Índice de Sen, a conclusão será que a melhor forma de reduzir a pobreza será ajudar os menos pobres entre os pobres, facto que não é consensual.

Finalmente, o ultimo indicador pertence ao conceito de pobreza absoluta, o *Índice de Foster, Greer e Thoerbeck*, este, apesar de satisfazer os axiomas do Índice de Sen, apresenta um problema que está relacionado com o valor de “a”, é através do mesmo, que se pondera a intensidade da pobreza, como tal, este indicador fica dependente do valor que se concede a “a”, ou seja, a escolha deste valor será a base que o investigador dá à distribuição, o que limita a identificação dos grupos mais pobres ou mais afectados pela pobreza.

## **2) Combate à pobreza**

Neste capítulo pretende-se em primeiro lugar dissertar sobre os tipos de Modelos Sociais criados para combater o fenómeno da Pobreza. Serão analisados diferentes modelos europeus, que têm características próprias e que geograficamente se encontram em pontos distintos. Será naturalmente feita uma abordagem mais específica ao caso português, que como se verá tem também algumas atributos que o diferem da maioria dos modelos europeus, sobretudo pelo espaço temporal em que começou a ser construído.

De seguida, serão analisados três fenómenos extremamente importantes que podem contribuir para o aumento ou diminuição da pobreza: a educação, saúde e emprego são três factores que são preocupações constantes das instituições europeias como formas de medir (no caso da saúde) e combater a pobreza (no caso da educação e emprego). Serão analisados vários dados que ajudarão a compreender melhor a importância dos três fenómenos.

O Papel da Acção Social Portuguesa no combate à pobreza não poderia deixar de ser analisado pela importância que tem no combate à pobreza. Será feita uma abordagem para se perceber o funcionamento desta instituição, que inicialmente se denominava por Assistência Social, de forma a mostrar a importância e as despesas (serão analisadas as políticas em que o investimento é mais elevado) que a mesma frui no combate à pobreza.

Finalmente, espaço para as Políticas Sociais activas e passivas de combate à pobreza. Como se verá, tem-se assistido a uma mudança por parte de vários países nas estratégias a colocar em prática para se fazer face ao fenómeno da pobreza, essas estratégias têm que ver com a alteração da implementação do uso das medidas sociais passivas para o uso das políticas sociais activas.

### **2.1) Modelo Social Europeu de Estado Providência: Como ideal base de combate à Pobreza**

Os principais modelos de Estado-Providência são quatro: modelo liberal, conservador, social-democrata e o chamado modelo da Europa do Sul. Portugal insere-se neste último juntamente com a Espanha, Grécia e Itália.

A relevância deste tema é de facto importante, uma vez que os modelos de *Welfare State* (Estado-Providência) são resultado de longos processos de estruturação e de uma série de factores em interacção. Com efeito, o *Welfare State* foi constituído no pós-guerra, com base num pacto entre capital e trabalho; comprometendo-se o primeiro a instituir uma sociedade de pleno emprego e de bem-estar social, e o segundo, a abdicar do ideal revolucionário, para permitir a paz necessária no continente europeu.

Foi desta forma que foram dadas as bases no que concerne ao combate à pobreza e exclusão social na Europa e é por isso importante analisar a evolução do Estado-Social para se perceber em que consistiram os primeiros passos relativos à implementação de medidas sociais de combate à pobreza, não só em Portugal, mas na maioria dos países ocidentais.

Apesar da diversidade socioeconómica e dos diferentes percursos de desenvolvimento, os Estados-Providência do Sul da Europa apresentam uma série de características institucionais comuns, que os tornam de certo modo distintos do resto dos países inseridos no modelo continental. O facto dos mesmos ocuparem semelhantes posições periféricas a nível geográfico, de terem uma estrutura de meios de comunicações que se desenvolveu mais tarde e de serem baseados numa produção agrícola mecanizada mas com atrasos em relação a outros países a este nível. De referir também que nestes países o papel da religião e a homogeneidade religiosa foi sempre muito forte. Além disso sempre houve também um grande peso das estruturas familiares. Outro elemento é a semelhança dos percursos históricos: regimes autoritários que se prolongaram até os anos 70 (excepção da Itália), daí o atraso na formação das políticas sociais, ou seja, as mesmas só aconteceram depois da transição democrática seguida na metade dos anos oitenta pela entrada na União Europeia. Um factor que prejudicou numa forma bastante forte o desenvolvimento das políticas sociais nestes países foi o facto de terem começado a elaborar as políticas sociais de acordo com o sistema do Estado-Providência numa altura em que houve uma crise económica internacional que teve enormes consequências na construção do mesmo, foi até posto em causa esse desenvolvimento devido às pressões exteriores para a adopção duma política de austeridade. (Boavida, 2007; Naumann, 2007).



### 2.1.1) Caso Português

No caso concreto de Portugal, o estado social no sentido mais correcto do termo, surge só depois da queda do regime Salazarista do Estado Novo em 1974, e é nessa altura que começa o caminho para a democratização da sociedade Portuguesa e das instituições políticas. Por isso, é preciso sempre ter em conta este elemento que consiste na diversidade temporal em que se realizou o processo de formação do estado social português. O objectivo da modernização geral da sociedade foi gerido principalmente pelo Estado, actor que tinha maior relevância e poder para influenciar a sociedade civil.

Se considerarmos uma das questões principais enfrentada pelo estado social, como é o exemplo o da luta à pobreza, é possível afirmar que antes dos anos 70 (altura em que se deu o fim da ditadura) não havia em Portugal praticamente nenhuma medida de combate à pobreza. Progressivamente nos primeiros anos do regime democrata e através dos primeiros financiamentos europeus passaram-se a planear os chamados “planos nacionais de luta contra a pobreza”, ou seja, acções e projectos de intervenção, direccionados a um contexto determinado, local e de duração limitada. Como tal, as primeiras medidas implementadas pelo Estado-Providência português tinham um carácter de descontinuidade e de localidade, ou seja, políticas sociais descontínuas e fragmentadas, o que representava um perigo dentro duma sociedade com um baixo e recém nível de desenvolvimento. Esta situação inicial levou o Estado a ter um papel cada vez mais forte e ao mesmo tempo levou o Estado a ter em conta os diferentes grupos e sectores sociais com os quais tinha de negociar a elaboração das medidas sociais (Mozzicafreddo, 2000).

Um dos indicadores através dos quais é possível julgar os diferentes modelos de estado sociais é também o nível dos gastos públicos totais, particularmente avaliar o quanto gasta o Estado em despesas sociais (educação, saúde, luta à pobreza, luta ao desemprego, etc.). A partir de 1974 essas despesas cresceram de ano para ano em Portugal, chegando nos anos 90 a valores próximos de 40-47% do PIB, com a excepção dos anos entre 1983-1985 em que houve uma forte recessão económica e onde foi necessário implementar medidas de austeridade.

As despesas sociais foram direccionadas sobretudo aos importantes serviços da educação, saúde e segurança social. Depois de 1974 assistiu-se em Portugal a uma enorme expansão dos direitos e benefícios sociais financiados pelo dinheiro público, prova disso mesmo são os dados relativos às despesas da Segurança Social que em 1970

correspondia apenas a 2,9% do PIB e dez anos depois, em 1980, as despesas duplicaram para o valor de 6,3% do PIB (Pordata, 2013). A lógica da acção do Estado estava virada para o objectivo do crescimento económico e das políticas económicas implementadas pelos governos que se seguiram, que naquela altura eram do tipo Keynesiano e expansionista, ou seja, viradas a favorecer o consumo por parte dos cidadãos e das famílias através de aumentos dos níveis salariais, e ajudas às empresas. Como se sabe, políticas deste tipo têm que ser financiadas pelo estado através de recursos que provêm das taxas que, de forma inevitável, estão destinadas a subir, ainda que em Portugal tenham ficado sempre a um nível mais baixo do que os restantes países que compõem o sistema de Estado-Social da Europa do Sul. Um outro efeito que é evidente nas sociedades que têm este tipo de estado social, como Portugal, está na expansão enorme dos empregados da função pública. Pode-se intuir este aspecto facilmente na verificação de um só dado: entre 1970 e 1986 os empregos no sector público administrativo cresceram 137% (Mozzicafreddo, 1992).

Outro aspecto importante que deve ser considerado quando se fala em modelo do estado social é o das políticas de segurança social. Em Portugal, sobretudo, essas políticas tiveram um papel ainda mais importante pois contribuíram para a legitimidade e para o apoio aos cidadãos do novo regime. Passou-se ao regime de tipo contributivo, os trabalhadores tiveram direitos às coberturas pelas reformas, doenças, subsídios de desemprego, maternidade, acidente e doenças profissionais e invalidez.

Além de tudo isto, existem também outras regras para as pessoas que ficaram de fora do mercado de trabalho, em particular pessoas que vivem em situações de forte pobreza e com fortes problemas sociais: as medidas implementadas pelo estado social foram essencialmente pensões de orfandade, ajudas às pessoas idosas ou deficiente através de pensões sociais, ajudas quer em dinheiro quer através de serviços (creches, centros de dia, ajudas domiciliárias, etc.). O modelo de Estado-Providência desenvolvido na Europa do Sul tem também como uma das características fundamentais ter construído um Serviço Nacional de Saúde Universal, gratuito na sua maior parte e financiado pelo Estado, ao contrário dos restantes modelos liberais onde existe uma relevante intervenção do sector privado no âmbito da saúde e onde há uma grande e sistemática difusão dos seguros privados pagos pelos trabalhadores.

A implementação deste sistema em Portugal teve sucesso, a população Portuguesa assistiu a um enorme melhoramento das condições de saúde, como

facilmente se constata através da melhoria referente às taxas da mortalidade infantil e ao aumento da esperança média de vida.

A universalidade e gratuidade dos cuidados de saúde, que no princípio da elaboração do modelo de Estado-Providência português era o elemento fundamental do sistema, passaram a entrar numa fase de mudança no sentido de limitar essa gratuidade através da introdução de taxas e duma certa selectividade das prestações. A causa primária desta mudança teve que ver com a necessidade do Estado em reequilibrar as próprias finanças sujeitas a uma forte pressão gerada pelas políticas económicas expansionistas e pela própria criação deste modelo de Estado-Social que por si só era bastante dispendioso.

Se se considerar também a política de construção da educação desenvolvida em Portugal a partir do fim da ditadura do Estado Novo, é possível perceber que se assistiu a um significativo aumento dos gastos públicos nesse sector. Gastos esses que serviram para aumentar as taxas de escolarização do país e que tiveram um papel fundamental na formação e estruturação do sistema de qualificação profissional dos cidadãos.

Em suma, o Estado-Providência em Portugal teve o importante objectivo de reformar aspectos sociais directamente relacionados com os cidadãos. Essa reforma serviu para modernizar o país a nível social em profundidade, através de direitos sociais na saúde, educação, vida social e familiar, etc. Tudo isso serviu para que os cidadãos portugueses melhorassem as suas próprias condições de vida. Os direitos sociais foram conseguidos neste sistema através do contributo do financiamento público e inspirado numa lógica de acção estatal no plano económico de tipo Kerynesiano. Depois desta abertura social e económica que permitiu a Portugal desenvolver o seu sistema de importações e exportações, apareceram os primeiros sinais de uma grave crise financeira, derivados dos efeitos da crise económica internacional (final dos anos 70 e início dos anos 80<sup>5</sup>), o que contribuiu para que existisse a necessidade de limitar as despesas públicas e adoptar políticas de austeridade financeira, tal como aconteceu também noutros países europeus, sendo que em ambos os casos foi a sociedade quem esteve sujeita às medidas aplicadas pelos seus próprios Estados sociais.

---

<sup>5</sup> No final dos anos 70 assistiu-se ao chamado “choque petrolífero” devido ao aumento muito significativo do custo dos barris de petróleo, que contribuiu para que se assistisse a uma grave crise económica a nível mundial. Esta crise teve graves consequências em Portugal, que se viu assim obrigado a assinar pela primeira vez um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no sentido de equilibrar a balança de pagamentos.

Esta direcção que, é bom sublinhar, quase todos os países ocidentais escolheram, geraram ao mesmo tempo grandes debates a nível político e social, visto que essas medidas tiveram efeitos relevantes quer ao nível de clivagens sociais, gerando problemas para os cidadãos mais desfavorecidos, quer ao nível de conceitos teóricos, pondo em perigo a ideia de conceitos sociais. (Mozzicafreddo, 2000).

### 2.2) Educação, Saúde e Emprego - Análise comparativa

Torna-se agora necessário construir e investigar alguns dos factores, nomeadamente educação, emprego e saúde, que podem contribuir para o aumento ou diminuição da pobreza, não só em Portugal mas também em outros países Europeus. Desta forma pretende-se fazer uma análise sobre esses indicadores, presentes no Quadro 1, a Portugal e aos Países da União Europeia, sendo que o principal objectivo desta comparação é justamente avaliar em que medida os factores, emprego, educação e pobreza contribuem para uma maior ou menor existência de risco de pobreza nos países em estudo (o tempo de análise começará a partir de 2005, tempo suficiente para se fazer a observação). Como tal, serão analisados alguns dados relativos aos indicadores já referidos e proceder-se-á a uma comparação entre os países para finalmente se analisar se existe uma relação entre esses factores e a existência de maior ou menor risco de pobreza. Com efeito, o método comparativo (utilizado neste trabalho) tem sido utilizado em diferentes níveis de análise e áreas substantivas das Ciências Sociais, não sendo uma ferramenta exclusiva da análise económica.

**Quadro 1:** Modelo de análise

Factores Explicativos que podem favorecer o crescimento ou diminuição da Pobreza	Educação	- Nível de escolaridade completa - Taxa de abandono precoce
	Emprego	- Salários - Taxa de desemprego
	Saúde	- Número de médicos por mil habitantes - Número de camas de hospitais

Fonte: elaboração própria

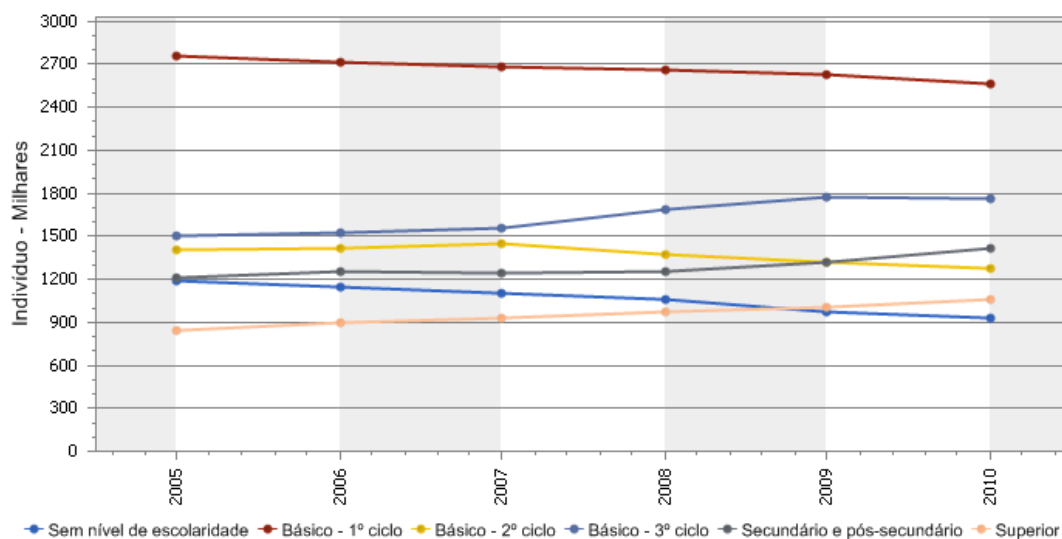
Visto isto a pergunta de partida deverá ser a seguinte: Nos países onde níveis de escolaridade são mais baixos e a taxa de abandono precoce escolar mais elevada, existe maior risco de pobreza? As mesmas questões se aplicam aos restantes indicadores: Nos países onde os salários são mais baixos e a taxa de desemprego mais elevada, existe maior risco de pobreza? Nos países onde o Número de médicos por mil habitantes e o Número de camas de hospitais é mais diminuto, existe maior risco de pobreza?

### **2.2.1) Educação**

Uma das principais preocupações dos países considerados desenvolvidos e com uma economia desenvolvida é a educação. As sociedades modernas estão actualmente perante desafios muito exigentes que se prendem sobretudo com mudanças a nível estrutural em diversos campos. A área da educação e formação são sem dúvida aquelas em o desafio ganha maior dimensão e é por isso que ganham um peso tão importante quando se tratam de assuntos relacionados com a pobreza ou risco de pobreza.

Pronunciando o caso específico português é notório que os investimentos com a educação têm vindo a aumentar ao longo dos anos. As preocupações governamentais com o sector têm ganho importância de ano para ano e a evolução do mesmo tem sido uma das prioridades dos diferentes governos. Se fizermos uma análise mais extensa do investimento do Estado em educação facilmente se percebe que o mesmo tem tido uma tendência para aumentar. Segundo a plataforma de estatísticas “pordata” em 1975 (depois da queda do Estado Novo) as despesas estatais com o sector em percentagem do PIB era de 2,1%, nos últimos anos essa despesa duplicou, sendo que no ano de 2009 os valores apresentavam-se na ordem dos 5% em percentagem do PIB. Isto demonstra o investimento forte que tem sido efectivado em Portugal com a educação. Será no entanto necessário verificar se esse aumento da despesa e o investimento na educação contribuiu para que Portugal esteja agora ao nível dos restantes países europeus.

**Figura 1:** Evolução da População com 15 e mais anos de idade por nível de escolaridade completo (2005-2010)



Fonte: Pordata

Como se constata na Figura 1 um dos factores preocupantes relacionados com o nível de escolaridade da população Portuguesa, prende-se com o facto de que só muito recentemente os indivíduos com ensino superior tenham ultrapassado em número os indivíduos sem qualquer nível de escolaridade, ou seja, o número de pessoas sem instrução em Portugal é ainda muito significativo. Ainda em relação à Figura 1, o elemento que mais se destaca é o facto da esmagadora maioria da população Portuguesa ter como nível de escolaridade completo o primeiro ciclo do ensino básico, sendo que esta é uma tendência que se mantém desde 2005.

**Quadro 2:** Percentagem total da População entre os 25 e os 64 anos que completou pelo menos o ensino secundário.

Tempo	UE27 - União Europeia	PT - Portugal
<b>2005</b>	69,4	26,5
<b>2006</b>	69,9	27,6
<b>2007</b>	70,7	27,5
<b>2008</b>	71,3	28,2
<b>2009</b>	72,0	29,9
<b>2010</b>	72,7	31,9
<b>2011</b>	73,4	35,0

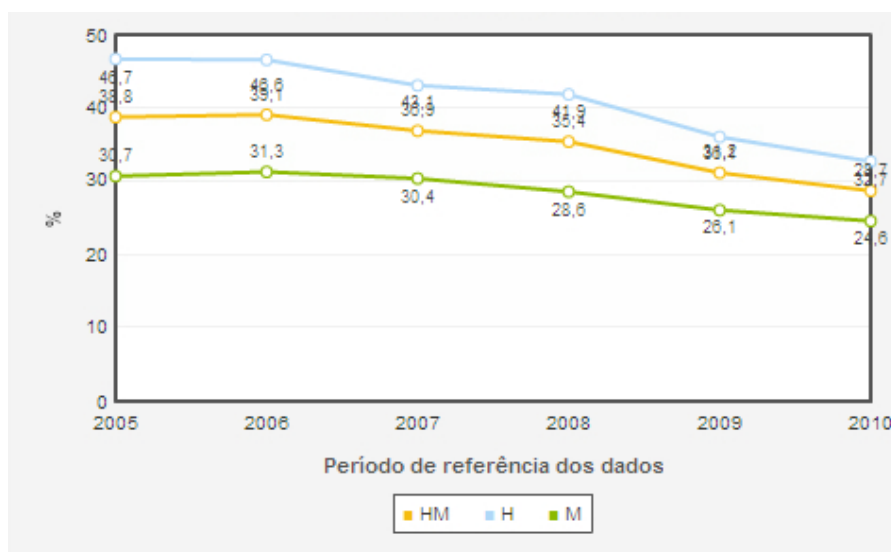
Fonte: Pordata

Analisando o Quadro 2, salta à vista o baixo nível de instrução em Portugal e facilmente se percebe que se encontra muito abaixo dos restantes países da União Europeia, é por isso natural que existam por parte dos agentes políticos portugueses, preocupações com o abandono escolar prematuro e ainda que existam pequenas melhorias no que se refere à evolução dos níveis de escolaridade, as mesmas têm sido lentas, como refere a publicação do Ministério do trabalho e da solidariedade social “Baixas qualificações em Portugal” (2007), que aponta como causas dessa lentidão “a resistência de uma estrutura produtiva e empresarial assente fundamentalmente nas baixas qualificações, da lenta renovação de gerações no mercado de trabalho, das saídas precoces do sistema de ensino e do baixíssimo investimento em educação e formação de alunos”.

O abandono precoce escolar por parte dos jovens portugueses é assim uma assoladora característica do ensino em Portugal. Este é um dos grandes problemas com o qual se debatem as escolas e os responsáveis políticos do sector. Como tal nos últimos anos têm sido implementadas várias medidas de combate a este fenómeno, “algumas iniciativas que foram lançadas tiveram resultados muito animadores, mas este não é um combate que possa conhecer um período de tréguas” (Grilo, 2010). Assim sendo existe um longo desafio a percorrer por parte de pais e professores no combate ao abandono escolar, mas é o poder político que terá de desempenhar um papel activo e de responsabilidade pois este sector “implica o envolvimento de estruturas e valências muito diversificadas, que vão da formação de professores ao apoio de famílias e da formação profissional às políticas de emprego” (Grilo, 2010).

No gráfico seguinte é possível ver a evolução da taxa de abandono precoce de educação e formação:

**Figura 2:** Evolução da Taxa de abandono precoce de educação e formação por sexo



(Fonte: INE)

É claramente visível através da Figura 2 que o nível a Taxa de abandono precoce tem vindo a descer significativamente nos últimos anos. Ainda assim os valores em questão são bastante elevados sobretudo no caso dos homens, em que 46,7% e 46,6% dos mesmos, em 2005 e 2006 respectivamente, abandonavam a escola numa fase prematura, esses valores são actualmente muito mais baixos, 39,7 em 2010. No caso das mulheres os valores apresentam-se bem menos elevados, visto que recentemente “apenas” 24,6% abandonam a escola em fase prematura. Estes valores estão longe do pretendido pelas metas da União Europeia.

**Quadro 3:** Taxa de abandono precoce de educação e formação

Tempo	UE27 – União Europeia	PT - Portugal
<b>2005</b>	15,8	38,8
<b>2006</b>	15,5	39,1
<b>2007</b>	15,1	36,9
<b>2008</b>	14,9	35,4
<b>2009</b>	14,4	31,2
<b>2010</b>	14,1	28,7
<b>2011</b>	13,5	23,2

Fonte: Pordata



Como se constata no Quadro 3, Portugal encontra-se significativamente acima da média da União Europeia relativamente à Taxa de abandono precoce de educação e formação. O que se pretende é então que exista uma mudança profunda em várias vertentes sociais para contornar este problema, (Grilo, 2010) refere algumas das mudanças necessárias para construir uma sociedade com maiores níveis de formação que passam por: “construção de uma sociedade do conhecimento e da informação; o papel da escola e os perfis de formação; os limites éticos da investigação científica; o papel e a importância da comunicação social; suprimir os fenómenos de exclusão no ensino”. Estes são alguns dos pontos fundamentais para que a sociedade Portuguesa possa iniciar um processo de renovação ao nível das habilitações literárias, não esquecendo que as empresas desempenham também um papel importante, pois têm grande responsabilidade no que compete à divulgação da importância da formação e assim sensibilizar os pais e alunos de que é essencial obter níveis de escolaridade mais elevados, mas a verdade é que o número de alunos matriculados no ensino superior em Portugal não tem vindo a aumentar nos últimos anos. Segundo a plataforma Pordata no início da década de 2000 o total de matrículas no ensino superior era de 373,745 e em 2009 era de 373,002 alunos matriculados., o que mais uma vez em termos percentuais fica abaixo dos números da média da União Europeia.

### **2.2.2) Saúde**

A escolha dos indicadores “Camas de hospitais por 100 mil habitantes” e “número de médicos por mil habitantes” deu-se pelo facto dos mesmos parecerem ser aqueles que melhor demonstram as condições de saúde a que os cidadãos portugueses e europeus estão sujeitos e como tal uma forma de verificar a facilidade que as pessoas têm em serem assistidas por um profissional de saúde e as condições hospitalares, algo muito importante quando se trata do assunto pobreza.

**Quadro 4:** Camas de hospitais por 100 mil habitantes

Tempo	UE27 - União Europeia	PT - Portugal
<b>2005</b>	584,1	354,3
<b>2006</b>	573,8	345,8
<b>2007</b>	564,6	341,4
<b>2008</b>	558,9	337,1
<b>2009</b>	550,8	335,2
<b>2010</b>	538,2	334,7

Fonte: Pordata

Relativamente à comparação entre o número de camas de hospitais entre a média dos países da União Europeia e Portugal (Quadro 4) facilmente se verifica que existe um número significativo mais elevado de camas de hospitais nos países europeus que em Portugal. Além disso o número tem diminuído nos últimos anos, ou seja, para além de Portugal ter menos camas de hospitais por cem mil habitantes, esse número tem diminuído com o passar dos anos o que torna ainda mais preocupante esta desigualdade existente entre os países em análise.

O desenvolvimento das condições dos hospitais nas últimas décadas não só em Portugal, mas um pouco por toda a Europa, tem vindo a desenvolver por sua vez a actividade ambulatória o que permite que os pacientes permaneçam menos tempo nos hospitais do que permaneciam no passado, o que é visível sobretudo pelo tempo de internamento dos pacientes após intervenções cirúrgicas simples, por exemplo. No entanto, no que se refere a Portugal existem assimetrias regionais acentuadas e preocupantes neste aspecto, como é possível verificas na Figura A (em anexo).

Será agora necessário verificar o número de médicos por cem mil habitantes, comparando mais uma vez os dados portugueses com os dados da média dos vinte e sete países da União Europeia.

**Quadro 5:** Número de médicos por 100 mil habitantes

Tempo	UE27 - União Europeia	PT - Portugal
<b>2005</b>	311,5	342,6
<b>2006</b>	334,8	348,9
<b>2007</b>	340,2	357,3
<b>2008</b>	344,2*	366,5
<b>2009</b>	343,9*	377,1
<b>2010</b>	344,1*	390,7

Fonte: Pordata

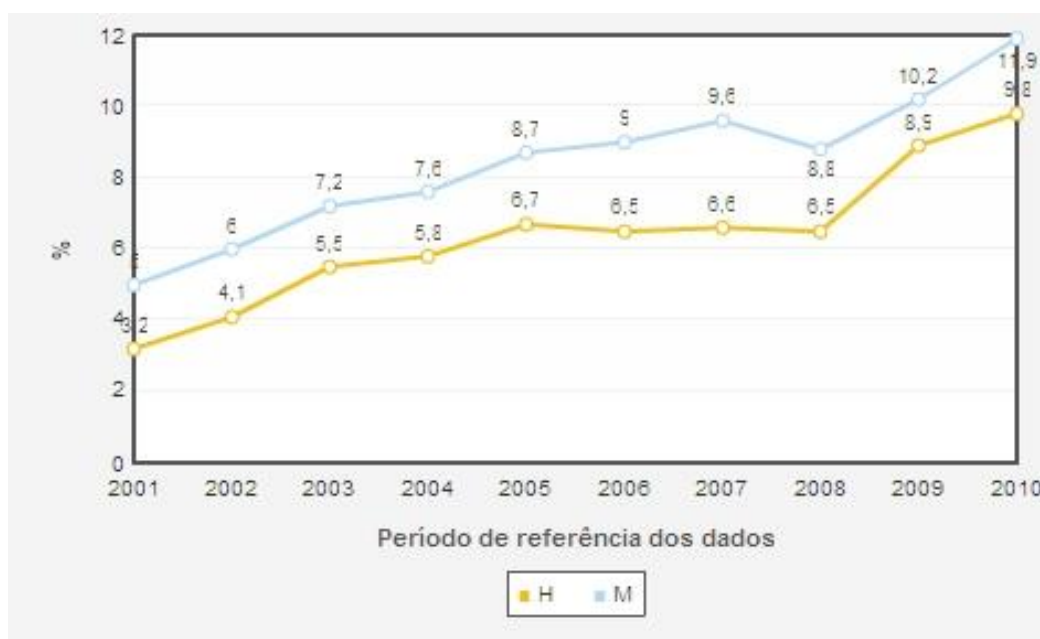
\*Não estão incluídos na amostra todos os países da União Europeia (por falta de dados)

Nos anos 70 praticamente 90% dos médicos estavam distribuídos no litoral (ww.ine.pt – dados estatísticos), a realidade alterou-se e as distâncias diminuíram devido sobretudo à implementação da carreira de clínica geral e também à construção e renovação dos hospitais portugueses. No entanto, continuam claramente a existir assimetrias regionais elevadas (ver Figura B em anexo). Apesar dessa situação, os dados da Quadro 5 demonstram que Portugal está acima da média da União Europeia e a tendência tem sido de aumento do número de médicos por cem mil habitantes, algo que demonstra que os indivíduos não deverão ter grandes dificuldades em obter ajuda médica quando necessário, relativamente à média europeia.

### **2.2.3) Emprego**

O Emprego é constantemente considerado como chave central para combater a pobreza, de facto taxas elevadas de desemprego contribuem para o aumento generalizado da pobreza (International Food Policy Research Institute, 1995). Neste sentido torna-se importante perceber de que modo este fenómeno tão importante tem contribuído para a existência de maior ou menor pobreza em Portugal.

**Figura 3:** Evolução taxa de desemprego por sexo



Fonte: INE

A Taxa de desemprego tem aumentado significativamente nos últimos anos, os valores duplicaram desde o início de 2000 até ao final dessa década como se pode constatar na Figura 3. Em fase ascendente está também o risco de limiar da pobreza que tal como a taxa de desemprego tem subido de forma considerável nos últimos anos (Quadro A em anexo). Como tal, é clara a relação entre o aumento da taxa de desemprego, e conseqüentemente menor número de empregados, com o risco de limiar de pobreza dos indivíduos em Portugal.

**Quadro 6:** Taxa de Desemprego por nível de escolaridade dos 15 aos 74 anos

Tempo	UE27		PT		UE27		PT	
	UE27	PT	ISCED 0-2	ISCED 0-2	ISCED 3-4	ISCED 3-4	ISCED 5-6	ISCED 5-6
<b>2005</b>	8,9	7,7	11,9	7,9	9,2	8,1	5,0	6,3
<b>2006</b>	8,2	7,8	11,5	7,9	8,2	8,5	4,6	6,4
<b>2007</b>	7,1	8,1	10,6	8,2	6,9	8,2	4,0	7,5
<b>2008</b>	7,0	7,7	11,3	7,9	6,5	7,9	3,8	6,9
<b>2009</b>	8,9	9,6	14,5	10,4	8,3	9,7	5,0	6,5
<b>2010</b>	9,6	11,0	15,8	11,8	9,0	11,3	5,4	7,2

Fonte: PORDATA

A escolaridade ou educação é a nível individual, não só um caminho para obter competências para o mercado de trabalho, dado ser uma forma de acumulação de capital humano, como uma escolha pessoal em que se considera mais do que o mero objectivo profissional.

A análise detalhada da informação estatística temporal do Quadro 6 mostra que um maior nível de educação proporciona uma maior taxa de emprego, uma menor taxa de desemprego e em média maiores salários (Quadro B em anexo). Neste sentido é clara a relação entre nível de escolaridade e pobreza, tornando-se assim claro que uma maior instrução, formação e educação são elementos chave para combater a pobreza.

### **2.3) Papel da Acção Social Portuguesa no combate à pobreza**

A Acção Social tem um percurso já antigo no seio da comunidade Portuguesa. No entanto só nos anos 80 ganha esta denominação e é também a partir desta data que é reestruturada, dado que até então denominava-se por Assistência Social e sucintamente limitava-se a atribuir subsídios às pessoas ou famílias com maiores necessidades.

Será no entanto importante verificar desde logo, determinados aspectos sobre a Acção Social, não só em Portugal, mas um pouco por toda a Europa. Em primeiro lugar, é preciso identificar a sua definição e adequabilidade.

Não existe uma definição oficial por parte da União Europeia, no entanto no ano de 2006, esta Instituição através de uma comissão de comunicação definiu a serviços sociais em duas diferentes vertentes:

“firstly, statutory and complementary social security schemes, organized in various ways (mutual or occupational organizations), covering the main risks of life, such as those linked to health, ageing, occupational accidents, unemployment, retirement and disability; secondly, other services provided directly to the person such as social assistance services, employment and training services, social housing or long-term care. These services are typically organized at a local level and are heavily dependent on public funding.” (European Union, 2006)

Visto isto, é possível considerar que a Acção Social torna-se um objecto fundamental na salvaguarda dos direitos humanos, contribui para uma maior igualdade económica e social, combate a exclusão e desse modo reforça a capacidade dos pobres em participar activamente em questões sociais e contribuiu para proteger a dignidade

dos indivíduos. É possível identificar exemplos de serviços sociais, como serviços de assistência social, cuidados de longa duração, emprego, acolhimento de crianças, assistentes pessoais e habitação social. A Figura C (em anexo) demonstra que o risco de pobreza nos Estados membros é claramente maior antes das transferências sociais (prestada pelas instituições públicas a indivíduos pobres ou em risco de pobreza) e por conseguinte diminui após essas transferências. Neste sentido a Acção Social tem assim um papel fulcral no combate à pobreza e exclusão social.

Foi apenas a partir dos anos 80 que se assistiu a um claro desenvolvimento da institucionalização das políticas de Acção Social em Portugal. Estas mostravam-se mais capazes de responder às necessidades da população e sobretudo mostravam ter uma eficácia bastante superior às medidas utilizadas até então. Esta situação foi possível através da implementação de medidas activas (citadas anteriormente) que não se limitavam a oferecer subsídios, mas que estavam orientadas para que os subsidiários cooperassem de forma participativa no seu próprio processo de inclusão e de afastamento da condição de pobreza.

Assim “o que está em jogo no percurso das políticas sociais desde os anos 80, é a invenção de novas tecnologias de intervenção, distintas e menos ambiciosas das políticas integrativas universalistas, mas também distintas das acções particularistas, de orientação reparadora, correctiva, das políticas assistenciais clássicas, na base das quais está a tomada de consciência de que a pobreza e a exclusão social são um processo que reflecte um *deficit* de integração e se revela em estreita relação com o emprego” (Castel, referido por Francisco, 1999, p69).

A partir desta fase surge a principal preocupação das políticas de Acção Social, o Desemprego. Esta problemática passou a ocupar lugar de destaque (como de resto ainda acontece na actualidade) no que se refere às preocupações estatais (visíveis através das políticas de Acção Social) mas também das preocupações dos órgãos governativos da Comissão Europeia. Neste campo, também as políticas activas de emprego, ganharam forte predominância em relação às políticas passivas. As medidas (activas) que promovem a integração dos desempregados no mercado de trabalho (através da formação profissional, do emprego subsidiado, das medidas de apoio aos jovens, etc.) passaram a ser consideradas menos dispendiosas e mais eficazes que as medidas (passivas) de atribuição de subsídios ou assistência no desemprego.

A Estratégia Europeia de Promoção de Inclusão Social, que tem como finalidade a progressiva diminuição da pobreza até à sua eliminação, constitui um importante

passo na orientação das medidas a tomar. Esta estratégia estabelece uma série de prioridades e objectivos importantes no sentido de diminuir a pobreza e exclusão social e foi através da mesma que nasceu o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (que será agora alvo de análise).

### **2.4) Segurança Social Portuguesa**

A Segurança Social em Portugal constituiu uma das mais importantes Instituições no que concerne ao auxílio dos indivíduos considerados pobres ou socialmente excluídos. Dessa forma é importante perceber o seu sistema de funcionamento e características gerais e também qual o papel que a mesma desempenha no que consiste à prestação de serviços aos indivíduos.

O sistema de Segurança Social divide-se em duas grandes componentes: o sistema de trabalhadores da função pública e o sistema geral. O segundo sistema engloba a maior fatia no que respeita a Instituição em si, ou seja, é o sistema que maiores encargos importa à própria Segurança Social, visto que abrange o Regime Contributivo Geral para trabalhadores por conta de outrem, os Regimes contributivos especiais e o Regime Não-Contributivo.

Existem no entanto outras componentes no que toca ao funcionamento geral da Instituição que são precisos focar, são eles os elementos de Seguro Social e os de Política Social. O primeiro elemento engloba os subsídios de desemprego, de doença/cuidados de saúde, invalidez, velhice, sobrevivência, habitação e exclusão social. O segundo elemento por sua vez, refere-se aos regimes especiais relativos às famílias e crianças, como por exemplo, os abonos de família.

No domínio das despesas, a Segurança Social tem aumentado ano após ano (salvo raras excepções) os seus custos com a protecção social. Como é possível constatar pelos dados do INE na Figura D (em anexo), o total das despesas com a Segurança Social era no ano de 2000 de 21,88% do PIB, estes números foram sempre aumentando até 2009 (altura da última actualização por parte do INE), sendo que nesta data os valores rondavam os 27,66% do PIB. Quanto à natureza das despesas, é possível verificar, analisando a Figura E (em anexo) que a grande fatia das mesmas (66%) se devem ao pagamento das pensões, e em segundo lugar, mas com valores muito menos significativos (10,46%) aos subsídios por desemprego e apoio ao emprego. O elemento

que menos despesa acarreta (1,25%) denomina-se por complemento solidário para idosos. Prevê-se porém, com a conjuntura económica actual de crise financeira, que exista uma tendência para a expansão das despesas com os subsídios por desemprego, devido ao significativo aumento das taxas de desemprego nos últimos anos em Portugal. Existe também uma forte propensão para o aumento ainda mais eficaz dos subsídios de velhice (neste caso devido a factores demográficos que levantam ainda maiores preocupações, como se verá mais à frente).

Outra das componentes fundamentais para se perceber o sistema de funcionamento da Segurança Social é o seu modo de financiamento, nomeadamente a proveniência das receitas. Como se pode constatar na Figura F (em anexo), por ordem decrescente de valores, as mesmas resultam das contribuições e quotizações (56,6%) por parte dos trabalhadores e empresas, pelas transferências da Administração Central (33,1%), pelas transferências do fundo social europeu (3,8%), por “outras” receitas e transferências correntes (3,6%) e finalmente por uma parte das receitas governamentais sobre o IVA, que desse modo, é também transferido para a Segurança Social (2,9%). Existem, no entanto, dois importantes factores que dificultam a criação de receitas por parte da Instituição, o facto das contribuições acontecerem durante um período relativamente pequeno, associado ao problema das dívidas por partes das entidades contribuintes para com a Segurança social dificultam o papel da mesma no que toca à aquisição de receitas. Na Figura G (em anexo), é possível verificar as receitas pela percentagem do PIB e como se percebe facilmente a tendência das receitas foi de aumento ano após ano (tal como acontece com as despesas como se referiu anteriormente, mas não de forma tão clara), em 2000 as receitas totais correspondiam a cerca de 21,35% do PIB e em 2009 a 28,52% do PIB. Porém é preciso ter em conta que uma fatia considerável das mesmas provêm das transferências da administração central (como se referiu anteriormente), o que significa que acaba por ser o Estado a financiar uma parte muito significativa do orçamento da Segurança Social.

Uma outra questão relevante, no domínio da Segurança Social, é sem dúvida os problemas que a mesma levanta em relação à própria sustentabilidade financeira. Neste ponto, é desde logo fulcral identificar aquele que por muitos académicos é considerado um dos maiores problemas da Instituição no longo prazo: a evolução demográfica esperada nas próximas décadas. Ora, segundo o INE, prevê-se que o número de cidadãos portugueses continue num número próximo dos 10 milhões, no entanto existe uma tendência clara para um fenómeno de envelhecimento demográfico, sendo que as



ultimas projecções desenvolvidas por essa instituição estatística, apontam no sentido de em 2060 existir três idosos por cada jovem, o que significa que em todos cenários desenvolvidos por aquela instituição, o número de jovens irá decair para níveis muito baixos. No cenário central (considerado o mais provável), estima-se que a percentagem de jovens (até 15 anos) irá decair dos 15,3% para os 11,9% em 2060, a população activa decairá dos 67,2% para os 55,7% e a população idosa (com mais de 65 anos) passará dos 17,4% para os 32,6% em 2060. Uma medida possível para atenuar esta situação passaria por fazer aumentar o saldo migratório de forma positiva, no entanto, este fenómeno segundo o INE não seria suficiente:

“Considerando o decréscimo da população jovem, em simultâneo com o aumento da população idosa, o índice de envelhecimento da população aumentará. No cenário central, em 2060 residirão em Portugal 271 idosos por cada 100 jovens, mais do dobro do valor projectado para 2009 (116 idosos por cada 100 jovens). Este aumento será menos acentuado no cenário elevado, em contraste com um aumento mais significativo no cenário baixo.

A verificação de saldos migratórios positivos não será suficiente para atenuar o envelhecimento demográfico, nem mesmo se se verificar simultaneamente uma maior contribuição da componente da fecundidade. A conjugação de saldos migratórios e de níveis de fecundidade mais elevados, tal como preconizado no cenário elevado, que contempla ainda uma maior esperança média de vida, permitirá apenas a atenuação do ritmo de envelhecimento populacional.” (Projecções demográficas do Instituto Nacional de Estatística, 2009)

Números preocupantes que traduzem as dificuldades no que concerne à sustentabilidade financeira da Segurança Social no futuro, pois com menos população activa e mais população idosa, conseqüentemente baixarão as contribuições no domínio das receitas e aumentarão as pensões no domínio das despesas.

Ainda no que respeita à sustentabilidade financeira da Segurança Social, o Orçamento de Estado para 2012, prevê que a Segurança Social apresente uma situação de défice entre os anos de 2030 a 2035, ao contrário daquilo que previa o anterior executivo do Partido Socialista que previa que esse mesmo défice só chegasse em 203. Existe no entanto um fundo de estabilização que será suficiente para garantir o pagamento total das pensões do regime contributivo até final do ano de 2040.

## **2.5) Políticas sociais activas e passivas**

Neste ponto da dissertação é importante identificar as estratégias seguidas pelos diversos países europeus em relação às medidas sociais de combate à pobreza, no que respeita, aos métodos de intervenção social. Foi no ano 2000, no Lisbon European Council of March, que se decidiu a estratégia a implementar e os principais passos que deveriam ser colocados em exercício. Ficou então decidido que os Estados membros deveriam organizar as suas políticas sociais de combate à Pobreza com base num método aberto de coordenação (Nilssen, 2006). Ficou também epilogado no Processo de Lisboa que o emprego é um factor-chave para a inclusão social e erradicação da pobreza. Como tal, a promoção do emprego tornou-se num dos principais objectivos dos Estados Membros. O mesmo para além gerar capital e benefícios económicos aos indivíduos e famílias, é também uma forma de promover a participação social e desenvolvimento pessoal de todos os cidadãos.

Um dos pontos importantes do Lisbon European Council of March para promover o emprego, é a convicção de que o conhecimento e aprendizagem são factores essenciais para se assegurar um posto de trabalho. Deste modo, a criação de medidas para se garantir a possibilidade dos cidadãos adquirirem novos conhecimentos e terem novas oportunidades de educação (sobretudo aqueles que deixaram a escola cedo) foi uma meta que ficou definida neste processo.

Ao longo dos últimos anos tem-se assistido portanto a uma mudança gradual, por parte de vários países, no que toca às políticas sociais de combate à pobreza. Esta mudança tem como objectivo responder um conjunto de questões sociais (que se verão de seguida) e fazer face à falta de capacidade de financiamento dos Governos de cada país na atribuição de subsídios às pessoas em risco de pobreza.

Como já foi referido, as políticas sociais tradicionais deixaram de ser solução. O agravamento da exclusão social e o aumento da pobreza, acarretaram a necessidade dos Estados-Providência, se transformarem, de estados passivos para estados activos, isto é, as políticas passivas que se limitavam a atribuir subsídios às pessoas que viviam em situação de carência social, deixaram de ser rentáveis, como tal, houve a necessidade de reformar o sistema e adoptar medidas que respondessem às necessidades dos cidadãos no sentido de os incentivar a exercer um papel activo na sociedade. Deste modo os beneficiários terão de ser proactivos no seu próprio processo de inclusão social e não se limitarem a esperar por um rendimento ou subsídio sem qualquer contra partida. Até

porque, os desempregados, geralmente, não só preferem obter o maior número de benefícios possível a partir do momento em que são despedidos dos seus cargos, como também preferem continuar a obter esses benefícios durante todo o tempo em que se encontram no desemprego. Com estes benefícios a intensidade da procura de um novo trabalho pode diminuir e consequentemente a possibilidade de se manterem desempregados por um maior período de tempo, pode aumentar. Este tipo de situações pode gerar graves casos de pobreza em determinadas famílias. (Richiardi, 2006; Contini, 2006).

“Being highly criticized on diverse grounds and for different reasons, passive employment policies seem to be rapidly losing the success and the prestige they once used to enjoy. Even trade union organizations find it difficult to contain the animosity which emerged against unemployment subsidization policies and, as a reflex of it against subsidized workers themselves” (Hespanha, 1999; Matos, 1999);

A introdução de políticas sociais activas na sociedade, deu-se não apenas por razões económicas (como já foi dito a simples doação de subsídios torna-se demasiado dispendioso para o orçamento de estado de qualquer país considerado desenvolvido), mas também por razões sociais, “a incorporação de uma cultura de pobreza resulta num processo de acomodamento dos mais pobres, face aos benefícios que recebem e aos seus modos de vida, num processo que se torna vicioso e impeditivo da reinserção, quando acompanhado por práticas institucionais desadequadas” (Rodrigues, Eduardo Vítor, 2010), deste modo este tipo de medidas surge como resposta às famílias que apesar de receberem subsídios elevados, continuam a viver de forma antagónica à realidade de uma sociedade desenvolvida.

Torna-se assim fundamental encontrar soluções para responder aos problemas mencionados. Em primeiro lugar incluir indivíduos desempregados em cursos de formação para que os mesmos tenham instrução para definir objectivos e identificar as melhores formas de encontrar um trabalho, é algo já desenvolvido, mas que poderá ainda ser implementado de forma mais consistente por parte das instituições responsáveis neste domínio. Estes cursos têm também a vantagem de manter a maioria das pessoas que os frequentam ocupadas e motivadas em conseguir um trabalho. No entanto, este tipo de cursos deverá ter um limite de tempo, para não levar os

trabalhadores desempregados a cair em desânimo, ou a fazer com que fiquem desmotivados e conseqüentemente deixem de procurar por um emprego.

De seguida, definir um período limitado de tempo para a atribuição de benefícios, pode também ser uma vantagem e o incentivo para que os desempregados comecem a procurar emprego imediatamente depois de terem perdido o seu antigo posto de trabalho. (Richiardi, 2006; Contini, 2006).

Este fenómeno de políticas sociais activas, obriga a que exista um programa muito bem definido e muito bem coordenado da parte do sistema de acção social para que seja possível pôr em prática as citadas políticas sociais activas.

É neste contexto que surge o rendimento social de inserção, que é um dos exemplos concretos de uma política social activa de combate à pobreza em Portugal.

### **3) RSI**

O Rendimento Social de Inserção foi criado em 1996 através da Lei 19-A/96, pelo Partido Socialista, como continuidade do Rendimento Mínimo Garantido, uma medida de protecção social que até então estava em vigor e em recomendação do Conselho das Comunidades Europeias (92/441/CEE). Não foi uma medida consensual por isso mesmo sofreu algumas reavaliações e entrou em vigor apenas em 1997.

Pautado por uma natureza de relativo atraso ao nível da educação e expansão das concepções de direitos e deveres, em reflexo da tardia derrota do regime autoritário em Portugal, o país sofre recentes e bruscas transformações que influenciam a consciencialização da necessidade de protecção social. A passagem de uma estrutura industrial para uma estrutura tecnológica de serviços, as mudanças na estrutura familiar, a instabilidade do mercado de trabalho bem como a facilidade no acesso ao crédito são alguns dos fenómenos, como acusa Mendes (2011), que fomentam e reflectem as falhas de Mercado justificando a intervenção do Estado no plano económico.

A sua definição é dada como “um apoio para as famílias mais pobres, constituído por uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas, quer por um programa de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente” (Instituto da Segurança Social, 2012). Esta medida, inspirada na ideologia da nova geração de políticas sociais da Europa, apresentava-se como inovadora, dado que introduz uma lógica de duplo sentido, isto é, não se trata apenas de puro assistencialismo, pois existe também uma relação de compromisso entre o Estado e o cidadão. Dado que o (s) beneficiário (s) assumem um papel activo para se integrarem socialmente de forma eficiente.

Trata-se ainda de uma medida que, para além de colmatar as fragilidades financeiras, acarreta consigo uma modalidade de investimento no processo de inclusão social.

#### **3.1) Características**

Como já foi dito, a estrutura desta medida é, de algum modo, renovadora causada pelo compromisso entre Estado e cidadão.

Uma medida aberta não só a cidadãos nacionais, como também a cidadãos europeus com residência em Portugal, há pelo menos um ano, ou cidadãos de outros países com residência em Portugal há, pelo menos, três anos.

É composta por um contrato de inserção com o objectivo de integrar o indivíduo no campo profissional, mas também social, e uma prestação em dinheiro para satisfação das necessidades básicas do indivíduo e, por vezes, do restante agregado familiar que dele dependa. O valor da prestação não é fixo, varia consoante a composição do agregado familiar e/ou os seus rendimentos se forem alternando.

O objectivo de combater a pobreza não se torna necessariamente exequível dada a dependência dos efeitos do contexto económico onde está inserida, como o crescimento económico que permita a criação de emprego e a abertura de oportunidades de reintegração. Mas, como salienta Pacheco (2011), o objectivo de inserção do indivíduo no mercado de trabalho é a grande finalidade comum à maioria das políticas europeias de assistência social, por causar nas economias um impacto satisfatório e propício ao crescimento das mesmas.

Coabita com outros instrumentos de política social, nomeadamente o subsídio de desemprego, pensões de invalidez, abonos e pensões de orfandade, sendo regularmente controlado de forma próxima, a nível local.

Das obrigações dos titulares fazem parte a responsabilidade de notificação dos serviços de segurança social pela alteração de rendimentos, e a disponibilização da documentação relativa a patrimónios mobiliários, bem como o cumprimento do contrato de inserção.

Para condições de acesso ao RSI são avaliados os valores do património mobiliário de todos os elementos do agregado familiar e os valores dos bens móveis sujeitos a registo, que não podem ser superiores a 25.153,20€.

Assim, todos os indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos (ou inferior, caso tenham menores sob sua responsabilidade e em situação de exclusiva dependência económica), que não auferissem mensalmente o valor da pensão social, e manifestassem disponibilidade para prosseguirem o Programa de Inserção, podiam requerer esta prestação.

O programa de Inserção é negociado e acordado com o beneficiário através do técnico que o acompanha nas acções do requerente nos domínios do emprego, formação, saúde e habitação, numa tentativa de criação de uma atitude de autonomização.

## Pobreza e Rendimento Social de Inserção

Caso seja provado um incumprimento dos compromissos assumidos no Programa de Inserção o indivíduo é penalizado e as condutas sofrerão uma avaliação que determinará a continuidade do estatuto de beneficiário.

Uma última consideração neste plano será direccionada para a observação de dados disponibilizados pela Segurança Social onde se verifica o crescente deferimento de pedidos que se tem registado nos últimos anos para a zona de Lisboa, característica que traça a tendência para a redução de custos e que, de algum modo, vem a dificultar a plena eficácia ou a obtenção dos verdadeiros princípios que orientam a filosofia pensada para esta medida.

**Quadro 7** – Percentagem de requerimentos entrados, no distrito de Lisboa, deferidos:

ANO	Percentagem de Requerimentos Deferidos
2004	44,61%
2005	53,39%
2006	43,82%
2007	42,89%
2008	57,28%
2009	51,62%
2010	52,09%
2011 até Fevereiro	45,95%

Fonte: [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)

A partir de 2008 esta tendência de deferimento de pedidos acentua-se, tornando mais evidente as dificuldades de execução da medida, o que nos direcciona para a descrição dos problemas que muitas vezes são associados ao RSI como medida de apoio social.

### 3.1.2) Problemas

Desde a apresentação da proposta do RSI a medida comportou sempre alguma desconfiança quanto à sua eficácia. Não é um sistema perfeito, como aliás não o é nenhuma medida de protecção social. Devemos então ter presentes quais os problemas identificáveis. A facilidade de fraude ou a eficiente avaliação da componente subsidiária

é um dos erros mais frequentes neste tipo de medidas. Torna-se difícil fazer uma avaliação e um acompanhamento rigoroso de todos os processos, principalmente pela falta de recursos humanos, que muitas vezes se traduz num rácio deficitário entre o número de beneficiários e o número de técnicos, o que não permitirá a proximidade necessária ao acompanhamento de percursos, como indicam os vários relatórios da Segurança Social.

A natureza subjectiva das avaliações passa também a constituir um problema na medida em que se torna delicado medir a intensidade das necessidades de cada um.

Ainda com uma importância relevante, é o peso que esta medida pode ter no endividamento das famílias, uma vez que a atribuição de uma prestação mensal pode motivar um consumo fora do normal ou o consumo de bens supérfluos dada a ilusão de uma prestação regular. Na perspectiva de Hayek (1990) os subsídios são considerados como um enfraquecimento da componente da concorrência. Na sua visão liberal considera as distribuições de mercado como uma questão de sorte e a tentativa de controlo é um desperdício de recursos. Considera ainda que a relatividade de conceitos permite manipular e promover a agenda política em benefício dos partidos políticos.

Acredita-se ainda que o valor de 189,52€ (valor mínimo da prestação mensal) parece ser muito limitado para projectar os beneficiários num cenário de integração social ou satisfação das necessidades básicas do indivíduo.

Contudo são de destacar o reconhecimento e a promoção da educação, formação e qualificação dos beneficiários, uma vez aceites as condições do Programa de Inclusão.



### 3.2) Análise Empírica RSI: Objecto e modelo de estudo

De forma a tornar mais prática esta dissertação, criou-se um modelo de análise capaz de nos dar algumas pistas acerca dos factores a ter em conta ao considerar a perspectiva dos inquiridos face a esta medida de acção social.

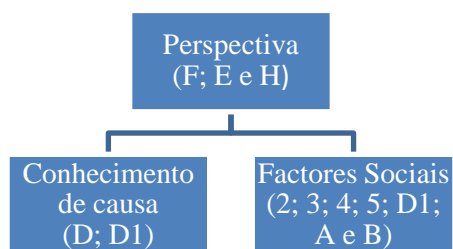
Para verificar a possibilidade da existência de uma relação entre as características sociais e o meio envolvente dos inquiridos com a formulação de uma perspectiva acerca do RSI, foi particularizada uma atenção direccionada às características sociais dos mesmos, nomeadamente nas dimensões da escolaridade, da idade e das preocupações que os inquiridos admitem ter perante a questão da pobreza e da exclusão social.

A influência que o conhecimento de causa poderá ter, também vai ser tida em conta, como uma consideração acerca da influência que poderá ter o facto de um inquirido ter conhecimento de um caso real de aplicação do RSI e a avaliação que este fará dessa aplicação.

Por fim, serão feitas algumas reflexões relativas à perspectiva ou a avaliação que os inquiridos fazem da aplicação geral do RSI no âmbito das políticas nacionais.

Foram elaborados esquemas síntese que nos permitem uma abrangência do modelo no seu todo considerando as dimensões em estudo e as variáveis utilizadas para a obtenção dos resultados, servindo de orientação e acompanhamento de toda a pesquisa efectuada.

**Figura 4:** Esquema síntese de modelo de análise



Fonte: elaboração própria

**Quadro 8:** Modelo aplicado na análise dos objectivos de investigação

Conceito/Procedimento	Variáveis
<p><b>Perspectiva</b> (Construção de um índice com as médias de resposta)</p>	<p><b>E</b> – Considera que o Estado português deveria aumentar orçamento disponível para a aplicação do RSI, podendo atribuí-lo a mais pessoas e famílias?</p> <p><b>F</b> - Considera que o RSI é uma medida que ajuda as pessoas consideradas pobres a sair da sua situação de pobreza para uma situação de inclusão social?</p> <p><b>H</b> – Considera que o RSI pode ser acumulável com outras prestações sociais?</p>
<p><b>Conhecimento de Causa</b> (Cruzamento das variáveis)</p>	<p><b>D</b> - Conhece alguém ou alguma família que seja beneficiário do Rendimento Social de Inserção?</p> <p><b>D1</b> – Nos casos que conhece, considera que o RSI está a ser bem aplicado?</p>
<p><b>Factores Sociais</b> (estudo de relações verificadas)</p>	<p><b>2</b> – Idade do Inquirido</p> <p><b>3</b> – Género</p> <p><b>4</b> – Habilitações Literárias</p> <p><b>5</b> – Condição profissional</p> <p><b>A</b> – Considera-se uma pessoa preocupada com a questão da pobreza?</p> <p><b>B</b> – Considera-se conhecedor das medidas de combate a pobreza?</p> <p><b>C</b> – Sabe a quem se destina o RSI?</p>

Fonte: elaboração própria

### 3.2.1) Instrumento e Amostra

Todas estas considerações serão estudadas tendo por base um inquérito realizado no ano de 2011, onde foram colocadas 10 breves questões de opinião, numa escala de concordância que varia entre 1 e 4, em que “1” reflecte a discordância total e “4” a concordância total.

Foi realizado o inquérito por duas vias: questionário por papel e questionário electrónico, tendo como objectivo captar todas as faixas etárias e estatutos sociais.

A selecção dos inquiridos foi feita apenas pela zona de residência onde restringimos as participações a residentes na área metropolitana de Lisboa.

Relativamente aos inquéritos, foram recolhidas cerca de 311 respostas, tratadas através do programa estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). A quantidade de respostas parece ser razoável para delinear uma ligeira tendência entre as características pessoais dos inquiridos e poder, de alguma forma, criar um pano de fundo para possíveis futuras investigações no âmbito da dimensão comportamental e fundamentar alguns pareceres sociológicos que por definição serão tendências que variam com as condições sociais a nível de contexto, valores, e sobretudo evolução do comportamento de massas.

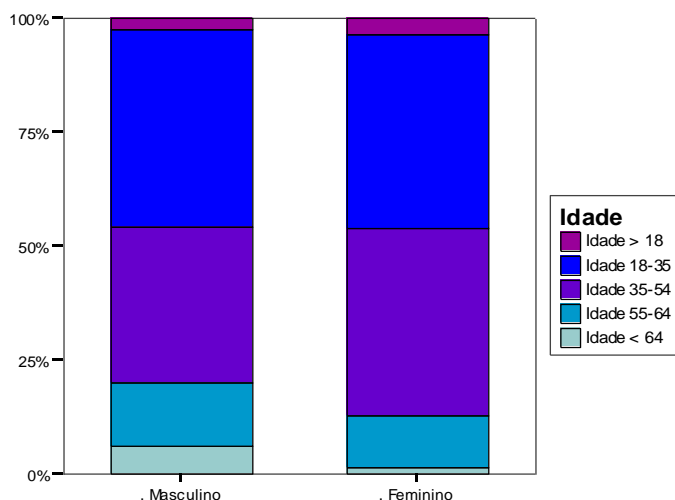
### **3.2.3) Caracterização da amostra**

O universo das 311 respostas obtidas é composto por uma distribuição equilibrada no que toca a género com cerca de 53% de inquiridos do género masculino e os restantes do género feminino.

No que toca à distribuição dos mesmos por idades, o equilíbrio já não é tão evidente, porém o nosso objecto de estudo condicionou um pouco este equilíbrio. Visto estar em causa uma medida de cariz social, e que interfere directamente com contribuições à Segurança Social ou a atribuições pela mesma, decidimos que seria da maior prioridade obter respostas de indivíduos em condição activa, ou seja, indivíduos legalmente habilitados a trabalhar e possíveis beneficiários da medida. Assim sendo, a faixa etária que nos importará analisar será, prioritariamente subdividida entre os 18 e os 64 anos, servindo as restantes (menores de idade e reformados) para complementar perspectivas e poder analisar possíveis contrariedades de tendências verificadas.

O universo amostral encontra-se assim dividido maioritariamente entre as faixas dos 18-35 anos e dos 35-54 anos que representam 42% e 36% do total dos inquiridos, respectivamente. Os indivíduos das faixas com menor representatividade serão então os anteriormente referidos “menores” e “reformados” perfazendo um total de 7% no conjunto amostral.

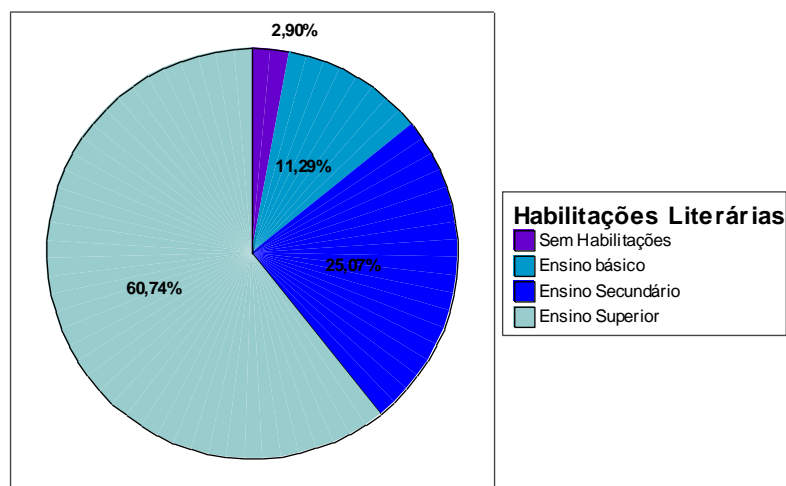
**Figura 5:** Relação entre género e idade dos inquiridos



Relativamente à escolaridade dos inquiridos, podemos verificar uma grande frequência dos mesmos no ensino superior, constituindo cerca de 60,4% da nossa amostra. Tal constatação pode trazer-nos algumas pistas acerca da sofisticação política dos inquiridos. Inquiridos com um alto nível de escolaridade apresentam melhores níveis de literacia, o que poderá traduzir uma melhor compreensão das circunstâncias políticas e económicas que os rodeiam.

Existem ainda 25,07% de inquiridos com o ensino obrigatório concluído, isto é, com o ensino secundário completo, e apenas 2,9% sem qualquer tipo de habilitação, o que, de acordo com o pressuposto anterior, nos leva a esperar que as respostas obtidas sejam, em maioria, de uma amostra de inquiridos informados, com sentido crítico e capazes de uma avaliação coerente e justa.

**Figura 6:** Distribuição dos inquiridos por tipo de habilitações literárias

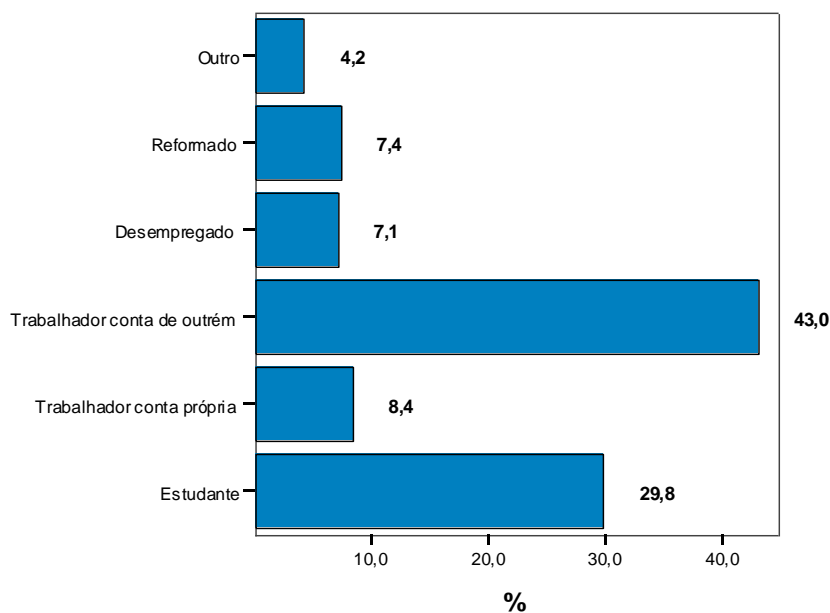


Torna-se ainda interessante olhar os inquiridos de acordo com a sua situação profissional.

Uma vez que o modelo de financiamento da Segurança Social, instituição responsável pela atribuição do Rendimento Social de Inserção, torna-se fundamental uma caracterização dos inquiridos segundo esta dimensão.

A grande maioria da nossa amostra é constituída por inquiridos que trabalham sob conta de outrem e a população estudante representa cerca de 30% dos inquiridos. Isto significa que a maioria das perspectivas gerais sobre o RSI será dada por inquiridos que trabalham e consequentemente participam no modelo contributivo que financia a Segurança Social.

**Figura 7:** Distribuição dos inquiridos por condição profissional



### 3.3) Perspectiva geral sobre o RSI

As medidas de acção social resultam de uma vontade expressa das nações, estando sempre sujeitas aos limites das respectivas economias.

Como admite Mendes (2011) a dimensão dos encargos com a protecção social levantam obvias inquietações. Pensou-se que a Segurança Social iria aumentar o bem-estar colectivo perante os riscos sociais, mas a consciência dos custos que lhe estão associados tem vindo a deteriorar esta esperança. Como pano de fundo temos o

infindável problema demográfico, uma questão que não deverá ser resolvida a curto prazo, mas cujos efeitos se sentirão de imediato.

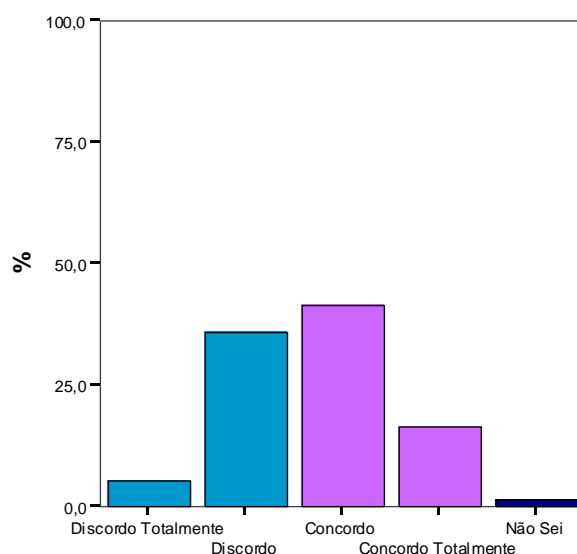
Num plano microeconómico devem ser consideradas as contribuições dos indivíduos jovens e em idade activa que, perante o cenário de insustentabilidade que assombra o futuro do sistema de segurança social, sofrem com a inquietação de que o sistema contributivo não será suficiente para lhes garantir uma protecção geracional.

Tendo em conta que o modo de financiamento deste tipo de modelo subsidiário será à base da capitalização de impostos pagos pelos indivíduos, será de todo relevante verificar a perspectiva geral que estes têm sobre o RSI.

Sendo esta a variável dependente para a continuação do presente estudo, irá ser seguidamente explicada a base da sua construção. A “perspectiva geral” dos inquiridos foi considerada tendo em conta a concordância dos inquiridos face a questões relativas à aplicação do RSI pela Instituição da Segurança Social Portuguesa. A reunião destas concordâncias (ver anexo página 78, Quadro G) permite-nos construir um índice que incorpora a “perspectiva geral” dos inquiridos sobre o RSI sob a forma de uma variável apenas, orientando o sentido da nossa pesquisa numa relação de proporção directa em que quanto maior for a média de respostas, maior será a concordância dos inquiridos com a aplicação do Rendimento Social de Inserção.

Assim, o plano geral de concordância com esta medida pode ser observado pelo gráfico seguinte e indica que, em média, os inquiridos que tendem a concordar com as condições e os procedimentos de atribuição do RSI são em maior número que os inquiridos que discordam, sendo que 57,7% (ver página 79, Quadro H,) manifestam uma concordância com as medidas, é legítimo afirmar que a maioria dos inquiridos tem uma perspectiva geral positiva acerca do Rendimento Social de Inserção.

**Figura 8:** Distribuição dos inquiridos consoante a perspectiva sobre o RSI



Após esta extrapolação para a população do presente estudo, onde se verifica uma maioria de inquiridos a registar uma concordância face ao subsídio em causa, irão de seguida ser estudadas as influências de alguns dos factores com que estabelecemos uma caracterização dos inquiridos e a sua influência na construção desta “perspectiva geral” dos inquiridos.

### 3.3.1) Conhecimento de causa e a perspectiva geral sobre o RSI

*“Nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que tem falta de bens materiais, corresponde igualmente a um estatuto social específico, inferior e desvalorizado que marca profundamente a identidade dos que a experimentam”* (Paugam, 2003:23).

Acarretando as palavras do autor, torna-se pertinente a verificação da importância que o conhecimento de causa ou a vivência da própria experiência gera para a construção de uma opinião ou valorização do RSI como medida de protecção social.

Será estudada a hipótese que indica que o conhecimento de causa de uma situação de atribuição do RSI a um agregado terá uma influência significativa para a construção da perspectiva que os inquiridos têm sobre o subsídio.

Segundo o teste realizado (ver página 79, Quadro I e J) que implica a verificação da diferença de respostas entre o grupo de inquiridos que revela ter conhecimentos de

causa sobre a aplicação do RSI e as avaliações que faz sobre essa aplicação, pode concluir-se que não existe uma influência estatisticamente significativa desta condição do inquirido para a construção da sua perspectiva sobre o RSI, ou seja, o facto de um inquirido ter conhecimento de causa de uma situação em que um agregado familiar beneficia deste subsídio não será passível de criar perspectivas diferentes quando comparado a um inquirido que não tenha nenhum conhecimento de causa de uma situação de aplicação do RSI.

O conhecimento de causa ou o vivenciamento de experiências implicam uma maior proximidade dos serviços e das instituições de modo a reflectir uma verdadeira participação e aumentar o potencial da intervenção e defesa de interesses próprios, como afirma Pato, M. (2011), no entanto, aquilo que se pode verificar com os resultados obtidos é a existência de uma maior tendência de proximidade e um aumento da sensibilização social de inquiridos que, mesmo não afectados directamente com situações de dificuldade de subsistência, valorizam o serviço de apoio social prestado pelas instituições de apoio ou solidariedade social, reconhecendo a sua importância para a integração dos beneficiários.

### **3.3.2) - O papel das características sociais na criação de perspectivas sobre o RSI**

A comparação entre as características sociais que definem os inquiridos torna-se essencial para perceber até que ponto estas podem influenciar a aceitação do RSI como uma solução para as crescentes necessidades de actuação perante situações de pobreza e exclusão social.

A fim de investigar a existência de uma relação a este nível, decidiu-se, através da realização de uma ANOVA n-WAY verificar as diferenças nas médias de respostas, com a finalidade de confirmar a existência de diferenças de opinião de acordo com as diferentes características sociais dos inquiridos. As variáveis consideradas para este modelo serão o índice criado neste estudo, “perspectiva” que reflecte um grau médio de concordância com a aplicação do RSI, justificado pelas variáveis indicadas em anexo (ver anexo, página 80). Para esta variável dependente vai ser verificada a relação tendo em conta, numa primeira, análise o género e a condição profissional, e posteriormente, a idade e a escolaridade.

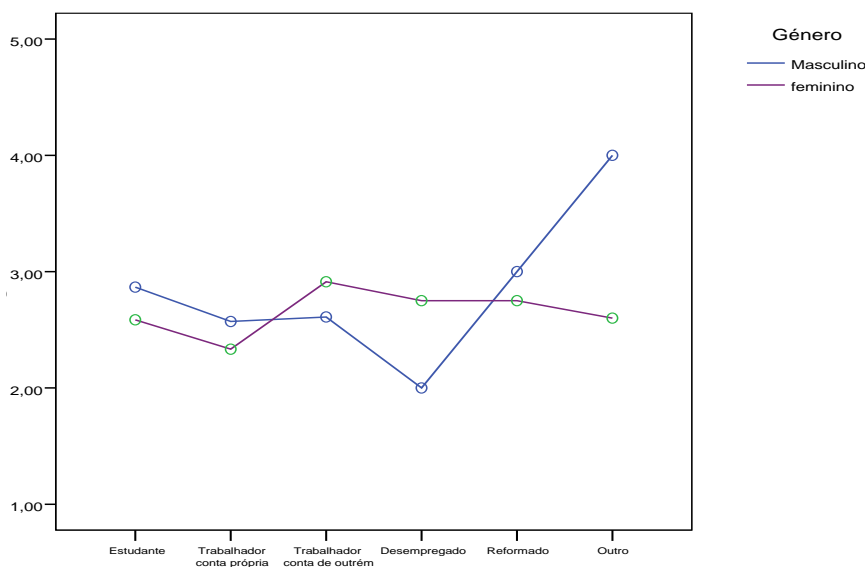


## Pobreza e Rendimento Social de Inserção

Os resultados obtidos em teste, evidenciam que, efectivamente a perspectiva que os inquiridos têm sobre o RSI não é influenciada pelas características sociais de cada um, isto é, a idade dos inquiridos, bem como, o género, ou as condições profissionais, não geram diferenças significativas na aceitação do RSI como uma medida social eficaz no combate à exclusão e à pobreza, mas relativamente às habilitações literárias dos inquiridos registam-se influências.

Na primeira relação, em que é sugerido o efeito da combinação entre o género dos inquiridos e a condição profissional, apesar de não se terem registado diferenças significativas entre os grupos, o gráfico reflecte algumas tendências para a população em estudo. Para quatro das seis categorias das condições profissionais em estudo, as mulheres registam uma média de respostas mais favoráveis à perspectiva que têm sobre o RSI que o género masculino. Contudo, na categoria de estudantes e de reformados, os homens têm um nível médio de concordância superior ao das mulheres, sendo mesmo na categoria dos reformados do sexo masculino aquela que regista um nível médio de concordância superior em comparação com as restantes categorias.

**Figura 9:** Valor médio da concordância dos inquiridos com o RSI segundo o género e a condição profissional

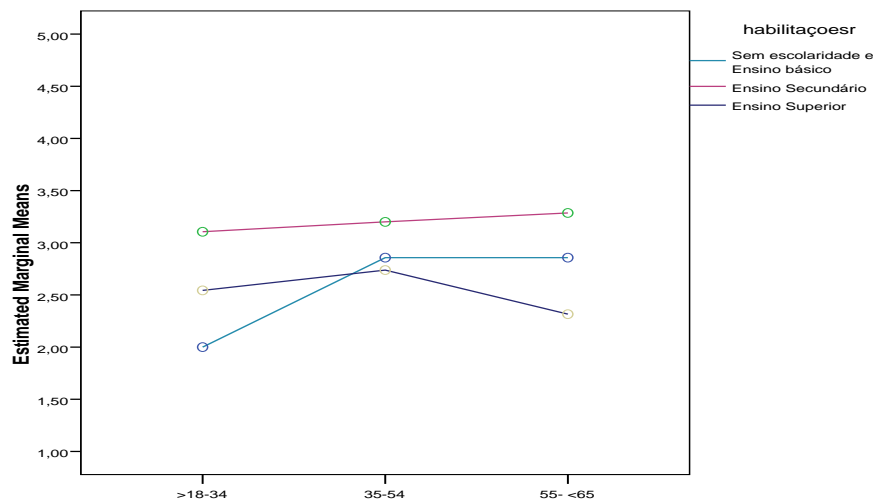


A segunda análise, onde se relaciona o efeito combinado das habilitações literárias com a idade dos inquiridos, não existe influência nem do efeito combinado das

## Pobreza e Rendimento Social de Inserção

duas variáveis, nem do efeito isolado da idade sobre a variável dependente, a perspectiva. Porém o efeito das habilitações literárias gera diferenças na perspectiva dos inquiridos sobre o RSI. De acordo com o gráfico obtido, pode verificar-se um nível médio de concordância maior para os inquiridos com um grau de ensino ao nível do ensino básico. Uma tendência que se destaca das restantes e para todos os escalões etários considerados. Os inquiridos que menores valores médios de concordância registam serão os inquiridos mais jovens e com o menor grau de escolaridade.

**Figura 10:** Valor médio da concordância dos inquiridos com o RSI segundo o a idade e as habilitações literárias



#### 4) Conclusão

Esta tese resulta num trabalho maioritariamente descritivo em que a componente exploratória se dedica à verificação das tendências de perspectivas de um grupo de inquiridos relativamente a uma medida de acção social. É um trabalho realizado tendo a consciência de que seria de poucas ambições dadas as limitações orçamentais e temporais que envolvem uma pesquisa desta natureza.

Ao longo do trabalho, verifica-se que os subsídios e a lógica adoptada pelo sistema de Estado Providência trouxeram fortes benefícios à população Portuguesa, nomeadamente nas intensas melhorias verificadas na educação e nos níveis de escolaridade da população, bem como na área da saúde. Além da contra partida do significativo aumento da despesa pública, a verdade é que a vertente de subsidiação permitiu avanços, que sem a intervenção estatal não seriam possíveis e representariam sérios problemas sociais a nível nacional. Esta prática subsidiária era já seguida por vários países europeus quando implantada em Portugal e foi de facto um dos factores que contribuiu para a diminuição do número de indivíduos considerados pobres ou em risco de pobreza.

Provas dadas pelos efeitos benéficos dos subsídios, ao longo dos anos, os decisores políticos continuaram a investir em programas de subsídio, sobretudo através de políticas sociais activas (mais benéficas que as passivas), por forma a atenuar as dificuldades sociais dos indivíduos, quer a nível de pobreza ou exclusão social, dois conceitos que estão efectivamente ligados, mas que são distintos. No entanto, é preocupante que a principal instituição estatal, a Segurança Social, que gere a maioria dos subsídios atribuídos a cidadãos que se encontram em risco de pobreza, esteja com problemas no que concerne à sua sustentabilidade financeira, sobretudo devido às previsíveis mudanças no que toca à percentagem de população activa no médio/longo prazo (a mesma será bastante mais reduzida no futuro). Neste sentido a adopção de medidas sociais activas, em prol das passivas, poderá ser uma forma de aumentar a longevidade da sustentabilidade da referida instituição. Ainda que este tipo de medidas esteja a ser colocado em prática há já algum tempo.

Assim, no âmbito das políticas sociais activas, nasce o Rendimento Mínimo Garantido em 1996, mais tarde reformulado e redefinido como Rendimento Social de Inserção. A sua aplicação é várias vezes posta em causa, bem como a sua eficácia, mas

a realidade é que este subsídio é uma fatia num bolo de despesa que representa apenas 10% da despesa do Estado.

A atribuição do RSI está condicionada pela aceitação simultânea de um Programa de Inclusão e os objectivos da medida passam pela mitigação dos efeitos da exclusão social. O incumprimento do programa pode dar lugar à cessação do apoio social em causa e existe um acompanhamento técnico para a prossecução dos objectivos do programa.

Tendo em conta o contexto de crise e a crescente necessidade de controlo de despesa pública, no presente trabalho, foram estudados alguns factores passíveis de influenciar a perspectiva que os inquiridos têm sobre o modelo de RSI.

Na determinação da influência do conhecimento de causa para a abordagem ao RSI, concluímos que não existe uma relação significativa, ou seja, o facto dos inquiridos terem ou não conhecimento de pelo menos um agregado familiar a quem foi atribuído o RSI não tem influencia para a criação de uma perspectiva positiva ou negativa sobre este subsídio.

Ao considerarmos as características sociais dos inquiridos tendo em conta o género, a escolaridade, a condição profissional, o conhecimento de indivíduos a quem se destina o RSI, o conhecimento de medidas para o combate à pobreza e exclusão social e ainda a preocupação que revelam acerca das questões relativas a pobreza e exclusão social, verifica-se que os factores mais importantes na determinação de uma perspectiva sobre o RSI serão a preocupação com as questões de pobreza e exclusão social e o facto de os inquiridos terem conhecimento sobre a quem se destina o subsídio. Contrariamente ao que se esperava, componentes como a condição profissional ou a escolaridade dos inquiridos não revelam uma influência suficientemente forte para ser considerada, são aliás, as condições quem menos importam para a determinação desta perspectiva.

Em futuras investigações seria interessante explorar mais esta vertente de influências que as características sociais podem ter relativamente à criação de perspectivas e opiniões acerca das medidas sociais, bem como um alargamento desta exploração à exposição dos indivíduos à comunicação social, ou ainda verificar se o RSI está a ser aplicado de forma justa.

## 5) Bibliografia

Amartya, S. 1981. Poverty and famines: *An essay on entitlement and deprivation*; Oxford, Clarendon Press;

AMI (Organização Não Governamental) <http://www.ami.org.pt> 2012

Assembleia da Republica. 250 Diário da Republica. *Orçamento de Estado para 2012* [http://www.crup.pt/images/documentos/Oramento\\_de\\_Estado\\_2012.pdf](http://www.crup.pt/images/documentos/Oramento_de_Estado_2012.pdf) 2013

Banco de Portugal <http://www.bportugal.pt> 2012

Bellù, L. G. *Impacts of Policies on Poverty - The Definition of Poverty. Food and agriculture organization of the united nations.*

Boavida N. & Naumann R. 2007. *O Estado e a economia. O modelo económico e social europeu no século XXI*. Lisboa. Fundação Ebert e Instituto de Estudos para o desenvolvimento;

Branco, F. 1999. *A Acção Social hoje e as perspectivas futuras no contexto Nacional e Europeu*. Lisboa. Direcção Geral da Acção Social.

Capucha, L. et all. 1998. *Portugal que modernidade?* Celta Editora, Oeiras  
Comissão Europeia <http://ec.europa.eu>

Capucha, L. 2005. *Desafios da Pobreza (Tese de Doutoramento)*; Celta Editora, Lisboa.

Costa, A.B. et. Al 1985. *A pobreza em portugal*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

Costa, A.B. et al. 2008. *Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa. Gradiva

Crespo, N. et all. 2011. *An integrated approach for the measurement of inequality, poverty, and richness*; Manuscript.

Employment for poverty reduction and food security  
<http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/oc32.pdf> 2013

European Federation of National Organisations working with the Homeless.  
<http://www.feantsa.org> 2013

Ferraz, A. M. S. & Vieira M. A. L. 2011. *A reforma dos sistemas de segurança social em Portugal: Um contributo crítico*. Braga; Universidade do Minho.

Francis, E. 2006. *Poverty: Causes, responses and consequences*; London. London School of Economics

Galito, M. S. & Silva, M. L. 2011. Soluções para evitar causas e consequências da pobreza em Portugal. *Diário Do Sul*, 10 de novembro: pág. 11.

Grilo, M. 2002. *Desafios da educação*. Lisboa. Oficina do Livro.

Grilo, M. 2010. *Se não estudas, estás tramado*. Lisboa. Tinta da China.

Guimarães. M. V. *Sustentabilidade financeira da Segurança Social*  
<http://www.isp.pt/winlib/cgi/winlibimg.exe?key=&doc=15826&img=1908> 2013

Hayek, F. 1990. *O caminho para a servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.

Hespanha, P. & Matos, R. *From passive to active social policies – The softness of workfare policies in Portugal*  
<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11027/1/From%20Passive%20to%20Active%20Social%20Policies.pdf> 1999  
[http://www.fao.org/docs/up/easypol/312/povanlys\\_defpov\\_004EN.pdf](http://www.fao.org/docs/up/easypol/312/povanlys_defpov_004EN.pdf) 2013

INE. 2010; *Sobre a Pobreza as desigualdades e a privação material em Portugal*; Lisboa. INE.

INE. Estudo – *Projecções demográficas do Instituto Nacional de Estatística*.  
[http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCYQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ine.pt%2Fngt\\_server%2Fattachfileu.jsp%3Flook\\_parentBoui%3D66023625%26att\\_display%3Dn%26att\\_download%3Dy&ei=6LFsT5bxG4Gi8QPb3oXADQ&usg=AFQjCNHdGpDOKyhIMVgNtUbwbO8xcFuE2Q&sig2=dTIsA3Z3yD6RJJ33QMRcVg](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCYQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ine.pt%2Fngt_server%2Fattachfileu.jsp%3Flook_parentBoui%3D66023625%26att_display%3Dn%26att_download%3Dy&ei=6LFsT5bxG4Gi8QPb3oXADQ&usg=AFQjCNHdGpDOKyhIMVgNtUbwbO8xcFuE2Q&sig2=dTIsA3Z3yD6RJJ33QMRcVg); 2009

Instituto Nacional de Estatísticas. <http://www.ine.pt> 2012, 2013.

Landes, D. S. 1998. *The Wealth and Poverty of Nations - Why Some Are So Rich and Some So Poor*. W. W. Norton & Company

Legislação: Lei n.º 19-A/96. D.R. n.º 149, Suplemento, Série I-A de 1996-06-29. Assembleia da República

Leitão, N. C. *Breve caracterização da economia Portuguesa dos anos 50, 60 e 70*.  
[http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCkQFjAA&url=http%3A%2F%2Fdocentes.esgs.pt%2Fnnoleitao%2FDownloads%2FA%2520Economia%2520Portuguesa%2520dos%2520anos%2520cinquenta%2520e%2520sessenta.doc&ei=ILZsT73AFpL98QOzi-2\\_DQ&usg=AFQjCNHrHheoi2mLghPjus-\\_skgrXifrZA&sig2=02BK8os\\_PBNKEsW9wzWdbQ](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCkQFjAA&url=http%3A%2F%2Fdocentes.esgs.pt%2Fnnoleitao%2FDownloads%2FA%2520Economia%2520Portuguesa%2520dos%2520anos%2520cinquenta%2520e%2520sessenta.doc&ei=ILZsT73AFpL98QOzi-2_DQ&usg=AFQjCNHrHheoi2mLghPjus-_skgrXifrZA&sig2=02BK8os_PBNKEsW9wzWdbQ) 2012

Lewchuk, W. et all 2013. *It's more than poverty - Employment precarity and household well-being*; Toronto. University of Toronto

Lisboa, M. G. S. (Coord.). *Caracterização das Actividades Desenvolvidas Pelas Crianças e Jovens em Portugal* [http://www.peti.gov.pt/upload\\_ftp/docs/RelatorioFinal-SociNova.pdf](http://www.peti.gov.pt/upload_ftp/docs/RelatorioFinal-SociNova.pdf). 2012

Lourenço, M. P. 2005. *Pobreza e exclusão social e políticas sociais em Portugal: Uma análise de políticas sociais na relação com a pobreza*. Lisboa. Direcção Geral da Segurança Social.

Manley, M. 1991. *The poverty of nations: Reflections on underdevelopment and the world economy*. London. Pluto Press.

Mckinley, T. *Poverty in Focus*. <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCPovertyInFocus9.pdf>. 2013

Mendes, F. 2011. *Segurança Social: o futuro hipotecado*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social 2007. *Baixas qualificações em Portugal*; Lisboa. Gabinete de Estratégia e Planeamento.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social 2007. *Estudo sobre o retorno da formação profissional*. Lisboa. Gabinete de Estratégia e Planeamento.

Mozzicafreddo, J. 1992. O Estado-Providência em Portugal: estratégias contraditórias. *Sociologia Problemas e Práticas*, 12, pp 57-89.

Mozzicafreddo, J. 2000. *Estado providencia e cidadania em Portugal*. Oeiras. Celta.

Nilssen, E. *The EU Fight Against Poverty and Social Exclusion Activation, Targeting and the Sustainability of the Welfare State*. <https://bora.uib.no/bitstream/handle/1956/2120/N08-06.pdf?sequence=1> 2006  
Observatório das Desigualdades. <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt>. 2013

Pacheco, V. 2009. *Entre a fobia da cigarra e a apologia da formiga: a Inclusão Activa e os Esquemas de Rendimento Mínimo na Europa*. Coimbra. Tese de mestrado Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Pato, M. T. S. S. *Redimento Social de inserção: Instrumento facilitador da inserção?* Tese de Mestrado Instituto Superior de Ciências Sociais e políticas <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3392/1/Disseratação%20de%20Mestrado.pdf>

Paugam S. 2003. *Desqualificação Social: ensaio sobre a Nova Pobreza*, Lisboa: Cortez Editora;

Pereirinha, J. A. 2008. *Política Social. Formas de Actuação no contexto Europeu*. Lisboa; Universidade Aberta.

Pordata, estimativas no domínio da Protecção Social [www.pordata.pt/Tema/Portugal/Proteccao+Social-10](http://www.pordata.pt/Tema/Portugal/Proteccao+Social-10). 2013

*Poverty and the adequacy of social security in the ec: A comparative analysis*  
<http://www.staff.ncl.ac.uk/j.veit-wilson/documents/aqandsocsecchapt ditch.pdf>  
2013

*Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do trabalho infantil*  
<http://www.peti.gov.pt/>. 2013

Richiardi, M. & Contini, D. *Active and Passive Policies against Poverty with Decreasing Employability* [http://www.laboratoriorevelli.it/\\_pdf/wp49.pdf](http://www.laboratoriorevelli.it/_pdf/wp49.pdf) 2006

Rodrigues E. V. *O Estado e as políticas sociais em Portugal*. Revista do departamento de sociologia da FLUP <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8794.pdf> 2010

Rodrigues, F. (coord); 2006-2008. *Plano nacional de acção para a inclusão 2006-2008*. Lisboa. Ministério do trabalho e da solidariedade social - Instituto da Segurança Social,

Rodrigues, F. (coord); 2008-2010. *Plano nacional de acção para a inclusão 2008-2010*. Lisboa. Ministério do trabalho e da solidariedade social - Instituto da Segurança Social,

Sachs, J. 2005. *The end of poverty: Economic possibilities for our time*; Penguin Press  
Segurança Social. <http://www.ugt.pt/segurancasocial3.pdf> 2013

Segurança Social. *Segurança Social em números* [http://www2.seg-social.pt/preview\\_documentos.asp?r=34057&m=PDF](http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=34057&m=PDF) 2013

Smith, A. 1776. *The wealth of nations*. London. W. Strahan and T. Cadell

The Social Protection Committee. **A voluntary European quality framework for social services** [http://www.socialsecurity.fgov.be/eu/docs/agenda/26-27\\_10\\_10\\_spc\\_qf\\_document.pdf](http://www.socialsecurity.fgov.be/eu/docs/agenda/26-27_10_10_spc_qf_document.pdf) 2013

Vasconcelos, M. C. 2011. *A rede social do Concelho de Ovar e a sua percepção do combate à Pobreza e Exclusão Social*; Lisboa; tese de mestrado do Instituto Superior de Ciências Sociais e políticas.

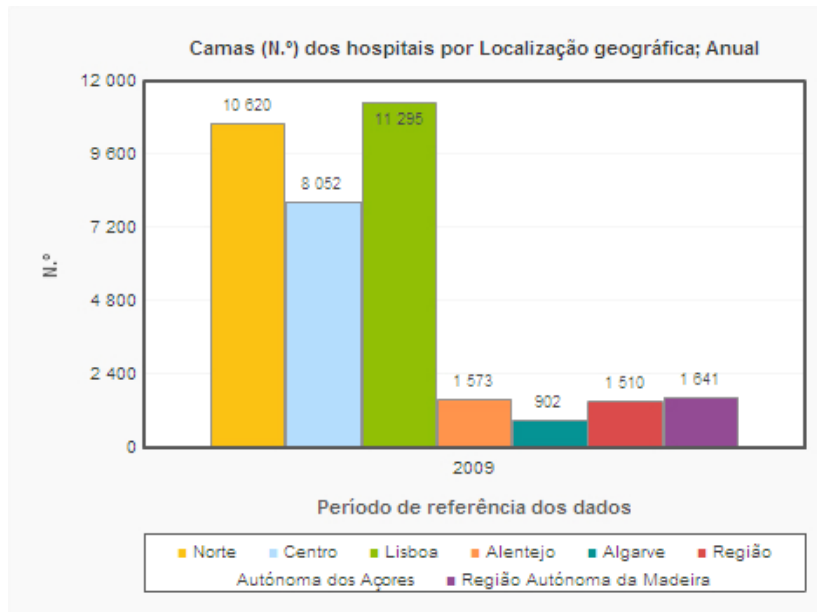
World Bank. **Causes of poverty and a framework for action. World development report 2000/2001**  
<http://siteresources.worldbank.org/INTPOVERTY/Resources/WDR/English-Full-Text-Report/ch2.pdf> 2012



**A) Anexos de Informação estatística complementar sobre dimensões socioeconómicas**

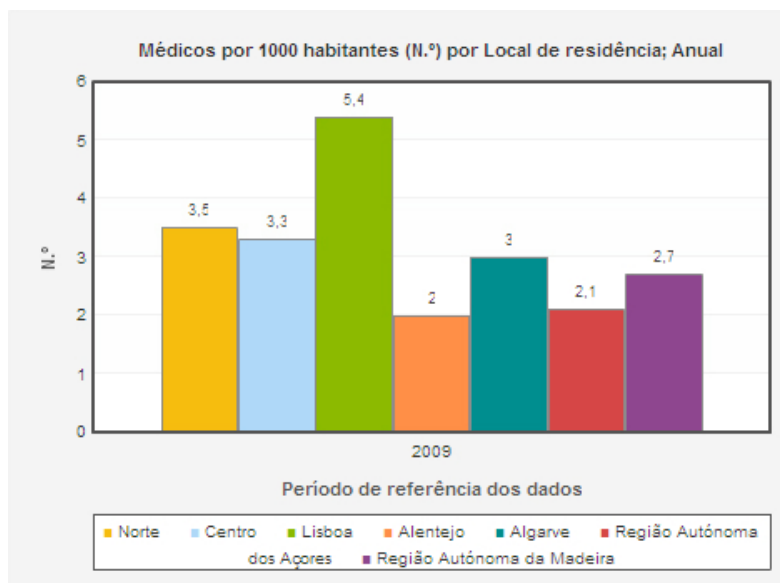
**A.1) Informação estatística de dados relativos ao tema Saúde**

**Figura A:** Número de camas nos hospitais



Fonte: INE

**Figura B:** Número de médicos por cada mil habitantes



Fonte: INE

**A.2) Informação estatística de dados relativos ao tema Emprego**

**Quadro A:** Limiar de risco de pobreza (€); Anual - INE, ICOR - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Período de referência dos dados	Limiar de risco de pobreza (€) Anual
2010	5046
2009	5207
2008	4969
2007	4886
2006	4544

Fonte: INE

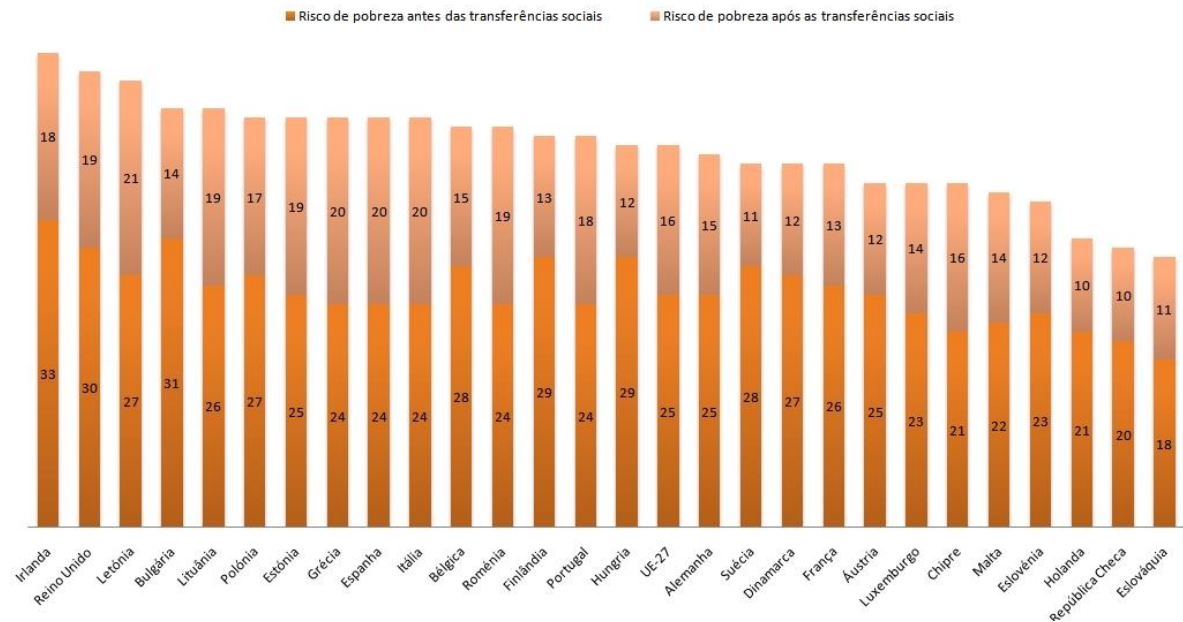
**Quadro B:** Ganho médio bruto anual (Remunerações pela totalidade do ano €) por Nível de escolaridade mais elevado completo;

Período de referência dos dados	Nível de escolaridade mais elevado completo	Ganho médio bruto anual (€) por Nível de escolaridade em Portugal
2010	Total	19498
	Inferior ou igual ao ensino básico	11439
	Secundário	16190
	Superior - bacharelato	30937
	Superior - licenciatura	32457
	Superior - mestrado ou doutoramento	49469

Fonte: INE

**A.3) Informação estatística de dados relativos à Acção Social Portuguesa**

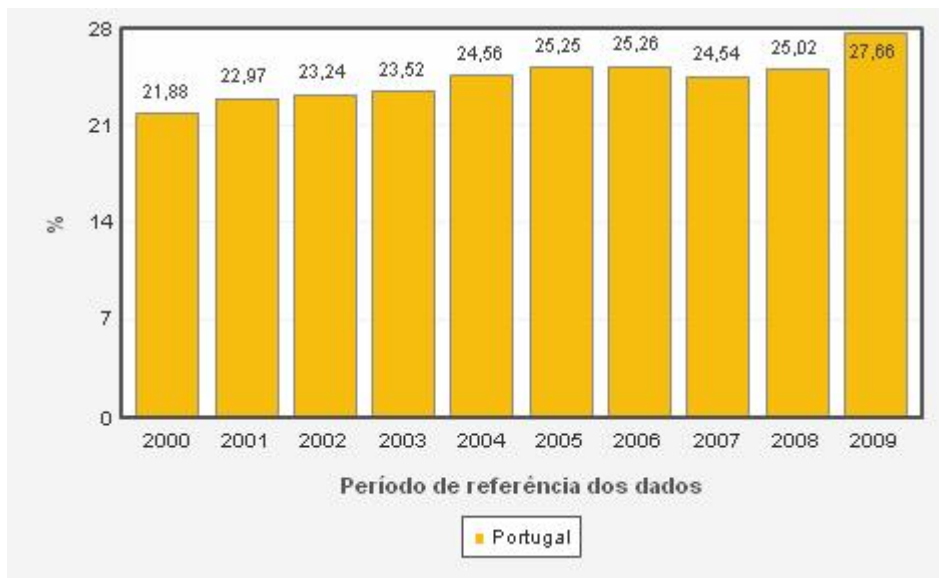
**Figura C:** Risco de Pobreza antes e depois das transferências sociais na UE em 2007 (%)



Fonte: EU SILC-Survey (Eurostat)

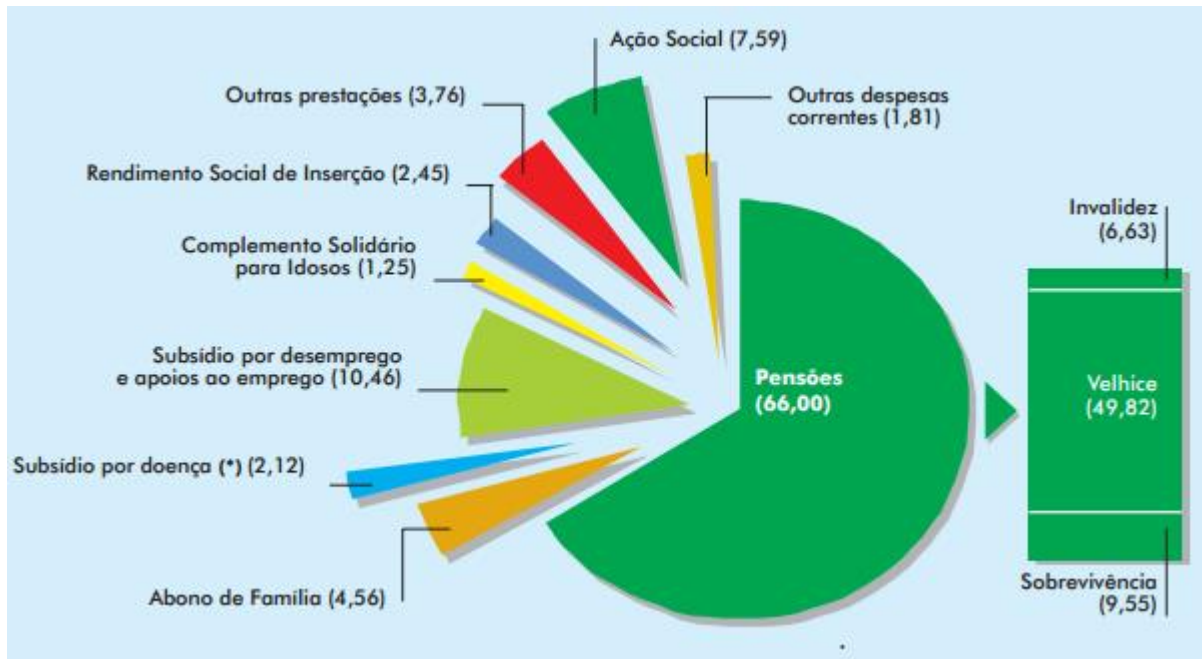
**A.4) Informação estatística de dados relativos à Segurança Social Portuguesa**

**Figura D:** Despesas totais da Segurança Social por % do PIB



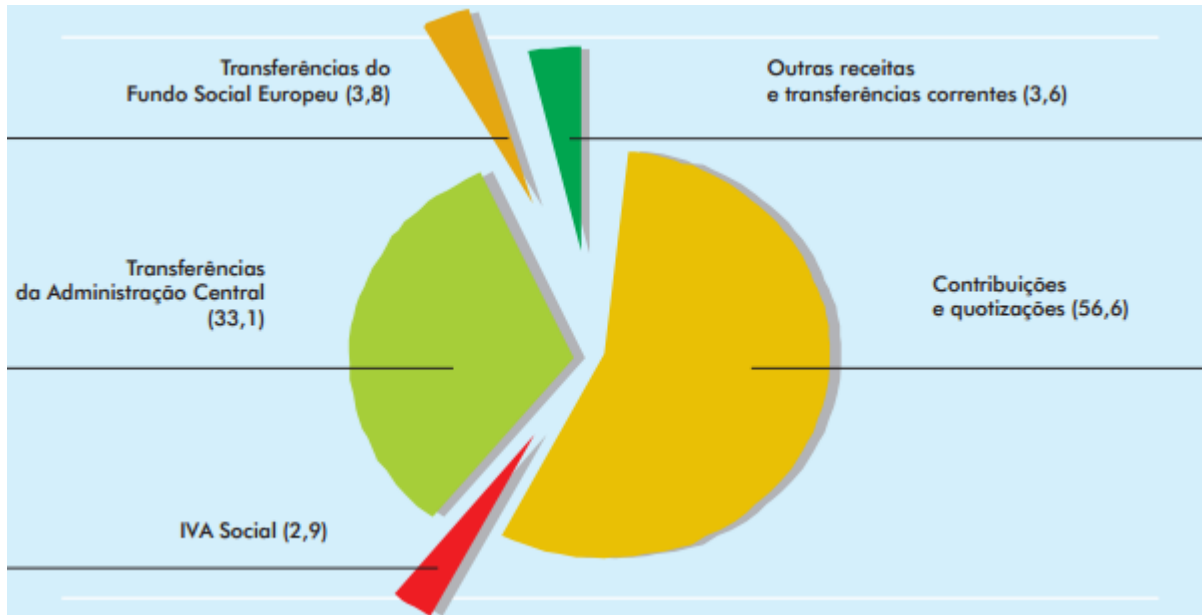
Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas

**Figura E:** Natureza das despesas correntes da Segurança Social no ano de 2010.



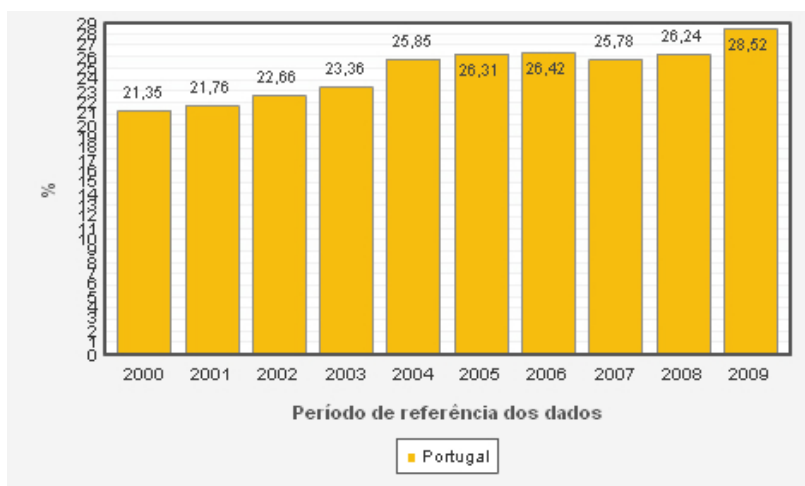
Fonte: <http://www2.seg-social.pt/>

**Figura F:** Natureza das receitas correntes da Segurança Social no ano de 2010



Fonte: <http://www2.seg-social.pt/>

**Figura G:** Receitas totais da Segurança Social por % do PIB



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas

## B) Anexos relativos à análise estatística desenvolvida através do inquérito sobre o RSI

### B.1) Caracterização da Amostra

**Quadro C:** Género dos inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Masculino	166	53,4	54,1	54,1
	feminino	141	45,3	45,9	100,0
	Total	307	98,7	100,0	
Missing	N.R.	4	1,3		
Total		311	100,0		

**Quadro D:** Idade dos inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	> 18	9	2,9	2,9	2,9
	18-35	132	42,4	42,4	45,3
	35-54	119	38,3	38,3	83,6
	55-64	39	12,5	12,5	96,1
	< 64	12	3,9	3,9	100,0
Total		311	100,0	100,0	

**Quadro E:** Habilitações Literárias

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sem Habilitações	9	2,9	2,9	2,9
Ensino básico	35	11,3	11,3	14,1
Ensino Secundário	78	25,1	25,1	39,2
Ensino Superior	189	60,8	60,8	100,0
Total	311	100,0	100,0	

**Quadro F:** Condição Profissional

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Estudante	92	29,6	29,8	29,8
Trabalhador conta própria	26	8,4	8,4	38,2
Trabalhador conta de outrém	133	42,8	43,0	81,2
Desempregado	22	7,1	7,1	88,3
Reformado	23	7,4	7,4	95,8
Outro	13	4,2	4,2	100,0
Total	309	99,4	100,0	
Missing ,00	2	,6		
Total	311	100,0		

## B.2) Construção do Índice para o conceito de perspectiva

**Quadro G:** Alpha de Cronbach (E; F e H)

### Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,597	3

Para uma escala de relação a variar entre 0 e 1, sendo que 1 representa o valor máximo de correlação, podemos afirmar que a correlação entre as variáveis ( $p=0,597$ ) é aceitável e legítima para a construção de um índice com as médias de resposta dos inquiridos.

```
RECODE
  Perspectiva (1 thru 1.5=1) (1.6 thru 2.5=2) (2.6 thru 3.5=3)
  (3.6 thru 4.5=4) (4.6 thru 5=5) .
EXECUTE .
```

**Quadro H:** Distribuição dos inquiridos consoante a perspectiva acerca do RSI

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Discordo Totalmente	12	3,9	5,3	5,3
	Discordo	81	26,0	35,7	41,0
	Concordo	94	30,2	41,4	82,4
	Concordo Totalmente	37	11,9	16,3	98,7
	Não Sei	3	1,0	1,3	100,0
	Total	227	73,0	100,0	
Missing	System	84	27,0		
Total		311	100,0		

### B.3) Conhecimento de causa e perspectiva

**Quadro I:** Tabela para teste de Kruskal Wallis

Considera que o RSI está a ser bem aplicado?		N	Mean Rank
Perspectiva	Discordo Totalmente	5	32,60
	Discordo	33	37,62
	Concordo	25	39,78
	Concordo Totalmente	14	48,93
	Não sei	5	63,80
	Total	82	

**Quadro J:** Test Statistics(a,b)

	Perspectiva
Chi-Square	8,554
df	4
Asymp. Sig.	,073

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: Considera que o RSI está a ser bem aplicado?

H0: As médias de resposta relativas a concordância dos inquiridos com o RSI são iguais entre inquiridos com conhecimento de causa e indivíduos sem conhecimento de causa;

Ha: As médias de resposta relativas a concordância dos inquiridos com o RSI são diferentes entre inquiridos com conhecimento de causa e indivíduos sem conhecimento de causa;

## Pobreza e Rendimento Social de Inserção

Sendo  $p = 0,073$  para  $\alpha = 0,05$ , aceita-se a  $H_0$ , isto é, as médias de resposta são iguais entre os grupos de inquiridos.

### B.4) ANOVA n-WAY – As características sociais e a perspectiva geral

**Quadro K:** Relação entre habilitações literárias e idade

		Idade				
		> 18	18-35	35-54	55-64	< 64
		N	N	N	N	N
Habilitações Literárias	Sem Habilitações	1	0	2	5	1
	Ensino básico	2	5	17	10	1
	Ensino Secundário	2	22	41	9	4
	Ensino Superior	4	105	59	15	6

**Quadro L:** Relação entre condição profissional e género

		Género	
		Masculino	feminino
		N	N
Condição Profissional	Estudante	37	55
	Trabalhador conta própria	19	6
	Trabalhador conta de outrém	81	52
	Desempregado	12	10
	Reformado	12	11
	Outro	3	7

a Dependent Variable: Perspectiva



### B.5) Género e condição profissional

**Quadro M:** Frequências da relação entre género e condição profissional

Dependent Variable: Perspectiva

Género	Condição Profissional	Mean	Std. Deviation	N
Masculino	Estudante	2,8667	,81931	30
	Trabalhador conta própria	2,5714	,93761	14
	Trabalhador conta de outrém	2,6102	,89089	59
	Desempregado	2,0000	1,15470	4
	Reformado	3,0000	,00000	7
	Outro	4,0000	,00000	3
	Total	2,7094	,88142	117
feminino	Estudante	2,5854	,74080	41
	Trabalhador conta própria	2,3333	1,15470	3
	Trabalhador conta de outrém	2,9130	,83868	46
	Desempregado	2,7500	,95743	4
	Reformado	2,7500	1,03510	8
	Outro	2,6000	,54772	5
	Total	2,7383	,81653	107
Total	Estudante	2,7042	,78184	71
	Trabalhador conta própria	2,5294	,94324	17
	Trabalhador conta de outrém	2,7429	,87737	105
	Desempregado	2,3750	1,06066	8
	Reformado	2,8667	,74322	15
	Outro	3,1250	,83452	8
	Total	2,7232	,84927	224

A variável dependente será a Perspectiva (variável criada através do Índice indicado anteriormente) e as variáveis independentes seleccionadas são o género (3) e condição profissional (5). Verifiquemos os pressupostos inerentes a este processo inferencial:

✓ **Os resíduos são independentes, o que equivale a admitir que as amostras são independentes:** os resíduos são dependentes, pois as categorias são mutuamente exclusivas. Uma pessoa do sexo feminino não pode estar contida no conjunto dos inquiridos do sexo masculino, tal como na situação da condição profissional

✓ **Homogeneidade de variâncias dos erros:**

**Quadro N:** Levene's Test of Equality of Error Variances(a)

Dependent Variable: Perspectiva			
F	df1	df2	Sig.
3,055	11	212	,441

Tests the null hypothesis that the error variance of the dependent variable is equal across groups.

a Design: Intercept+v.3+v.5+v.3 \* v.5

**H<sub>0</sub>:** A variância dos resíduos relativos à perspectiva que os inquiridos têm relativamente ao RSI é igual em todos os k grupos.

**H<sub>1</sub>:** A variância dos resíduos perspectiva que os inquiridos têm relativamente ao RSI é diferente em pelo menos um dos grupos.

Para um teste F de valor 3,055 e admitindo  $\alpha = 0,05$  com  $p = 0,441$  **rejeita-se a hipótese alternativa**, portanto admite-se que a variância dos resíduos é igual em todos os grupos portanto valida-se o pressuposto da homocedasticidade.

✓ **Os erros seguem uma distribuição normal:**

**Quadro O:** Tests of Normality

	Kolmogorov-Smirnov(a)			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Residual for Perspectiva	,173	224	,000	,955	224	,000

a Lilliefors Significance Correction

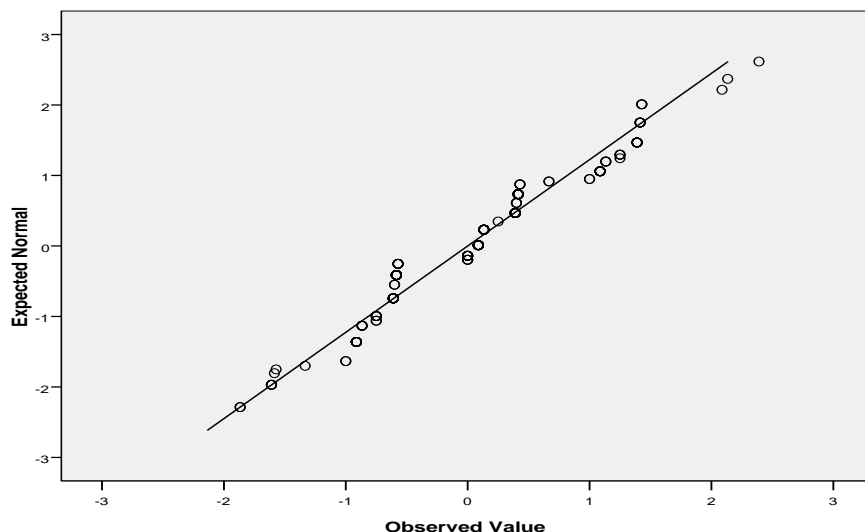
**H<sub>0</sub>:** Os erros da confiança da perspectiva dos inquiridos sobre o RSI seguem uma distribuição normal;

**H<sub>1</sub>:** Os erros da perspectiva dos inquiridos sobre o RSI não seguem uma distribuição normal;

Como  $p < 0,001$  **rejeita-se H<sub>0</sub>**, concluindo-se que a distribuição dos erros não segue uma distribuição normal.

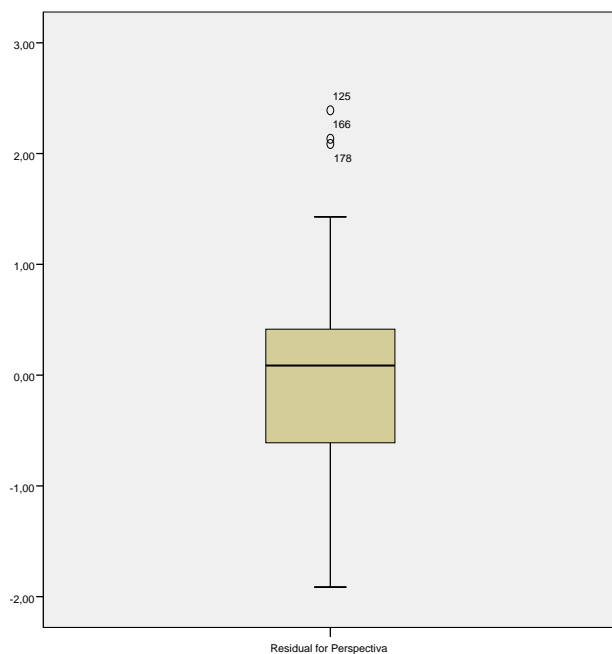
Recorrendo aos gráficos é possível ter uma ideia da distribuição dos pontos.

**Quadro P:** Normal Q-Q Plot of Residual for Perspectiva



Quanto maior for a sobreposição do conjunto de pontos sobre a recta, maior será a normalidade da sua distribuição.

Recorrendo ao Teorema do Limite Central para amostras cujo número de inquiridos é superior a 30, podemos validar uma tendência para a normalidade da amostra.



De notar também que a construção de um gráfico boxplot permite tirar conclusões acerca da simetria da distribuição, assim, podemos ver que esta é um pouco enviesada à esquerda.

Todos os pressupostos foram validados, podemos então continuar com o teste N-Way ANOVA, Obtivemos os seguintes resultados:

**Quadro Q:** Tests of Between-Subjects Effects

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.	Partial Eta Squared	Noncent. Parameter	Observed Power(a)
Corrected Model	12,190(b)	11	1,108	1,580	,106	,076	17,385	,794
Intercept	603,475	1	603,475	860,661	,000	,802	860,661	1,000
v.3	,692	1	,692	,986	,322	,005	,986	,167
v.5	4,555	5	,911	1,299	,265	,030	6,497	,456
v.3 * v.5	8,914	5	1,783	2,542	,029	,057	12,712	,784
Error	148,649	212	,701					
Total	1822,000	224						
Corrected Total	160,839	223						

Dependent Variable: Perspectiva

a Computed using alpha = ,05

b R Squared = ,076 (Adjusted R Squared = ,028)

### Efeito Combinado

**H<sub>0</sub>:** O efeito combinado do género com a condição profissional dos inquiridos não gera diferenças na confiança que os inquiridos depositam na perspectiva sobre o RSI;

**H<sub>1</sub>:** O efeito combinado do género com a condição profissional dos inquiridos gera diferenças na confiança que os inquiridos depositam na perspectiva sobre o RSI.

Para um teste  $F = 1,580$  admitindo  $\alpha=0,05$  e com uma probabilidade associada igual a 0,029 rejeitamos a hipótese alternativa, portanto o efeito combinado das variáveis o género com a condição profissional não gera diferenças na perspectiva dos inquiridos. Assim, não existe efeito de interacção.

### Efeito Principal:

**H<sub>0</sub>:** A perspectiva dos inquiridos sobre o RSI não varia consoante o género;

**H<sub>1</sub>:** A perspectiva dos inquiridos sobre o RSI varia consoante o género.

Para um teste  $F = 0,986$  admitindo  $\alpha=0,05$  e com uma probabilidade associada de 0,322 aceita-se a hipótese nula, deste modo, o efeito da variável do género não gera diferenças na perspectiva que os inquiridos têm sobre o RSI. Então não existe o efeito principal do género.

**Efeito Principal:**

**H<sub>0</sub>:** A perspectiva dos inquiridos sobre o RSI não varia consoante a condição profissional dos inquiridos;

**H<sub>1</sub>:** A perspectiva dos inquiridos sobre o RSI varia consoante a condição profissional dos inquiridos;

Para um teste  $F= 1,299$  admitindo  $\alpha=0,05$  e com uma probabilidade associada de  $P < 0,265$  aceita-se a hipótese nula, deste modo, o efeito da variável da condição profissional não gera diferenças na perspectiva que os inquiridos têm sobre o RSI. Então não existe o efeito principal.

**B.6) Habilitações literárias e Idade**

```
RECODE - Idade para Idader
v.2
(1=1) (2=2) (3=3) (4 thru 5=4) INTO idader .
VARIABLE LABELS idader 'idader'.
EXECUTE .
FREQUENCIES
VARIABLES=idader
/ORDER= ANALYSIS .
```

```
RECODE - Habilitações para habilitaçõesr
v.4
(3=2) (4=3) (1 thru 2=1) INTO habilitaçõesr .
VARIABLE LABELS habilitaçõesr 'habilitaçõesr'.
EXECUTE .
FREQUENCIES
VARIABLES=habilitaçõesr
/ORDER= ANALYSIS .
```

**Quadro R:** Frequências da relação entre habilitações literárias e Idade

Dependent Variable: Perspectiva

**Descriptive Statistics**

Dependent Variable: Perspectiva

idader	habilitaçoesr	Mean	Std. Deviation	N
>18-34	Sem escolaridade e Ensino básico	2,0000	,00000	2
	Ensino Secundário	3,1053	,80930	19
	Ensino Superior	2,5435	,83090	92
	Total	2,6283	,84721	113
35-54	Sem escolaridade e Ensino básico	2,8571	,37796	7
	Ensino Secundário	3,2000	,76376	25
	Ensino Superior	2,7381	,98920	42
	Total	2,9054	,89395	74
55- <65	Sem escolaridade e Ensino básico	2,8571	,53452	14
	Ensino Secundário	3,2857	,95119	7
	Ensino Superior	2,3158	,47757	19
	Total	2,6750	,69384	40
Total	Sem escolaridade e Ensino básico	2,7826	,51843	23
	Ensino Secundário	3,1765	,79261	51
	Ensino Superior	2,5686	,84887	153
	Total	2,7269	,84420	227

Realizou-se um teste N-Way ANOVA onde a variável dependente será a Perspectiva (variável criada através do Índice indicado anteriormente) e as variáveis independentes seleccionadas são a idade (idader) e as habilitações literárias (habilitaçoesr) verifiquemos os pressupostos inerentes a este processo inferencial:

✓ **Os resíduos são independentes, o que equivale a admitir que as amostras são independentes:** os resíduos são dependentes, pois as categorias são mutuamente exclusivas. Um inquirido não pode frequentar dois escalões de idade em simultâneo, tal como não pode estar incluído em dois graus de escolaridade máximos em simultâneo.

✓ **Homogeneidade de variâncias dos erros:**

## Pobreza e Rendimento Social de Inserção

Dependent Variable: Perspectiva

### Quadro S: Levene's Test of Equality of Error Variances(a)

Dependent Variable: Perspectiva

F	df1	df2	Sig.
3,674	8	218	,010

Tests the null hypothesis that the error variance of the dependent variable is equal across groups.  
a. Design: Intercept+idader+habilitaçoesr+idader \* habilitaçoesr

**H<sub>0</sub>**: A variância dos resíduos relativos à perspectiva que os inquiridos têm sobre o RSI é igual em todos os k grupos.

**H<sub>1</sub>**: A variância dos resíduos relativos à perspectiva que os inquiridos têm sobre o RSI é diferente em pelo menos um dos k grupos.

Para um teste F de valor 3,674 e admitindo  $\alpha = 0,05$  com  $p = 0,010$  **rejeita-se a hipótese alternativa**, portanto admite-se que a variância dos resíduos é igual em todos os grupos portanto valida-se o pressuposto da homocedasticidade.

✓ **Os erros seguem uma distribuição normal:**

### Tests of Normality

	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Residual for B4	,100	1948	,000	,978	1948	,000

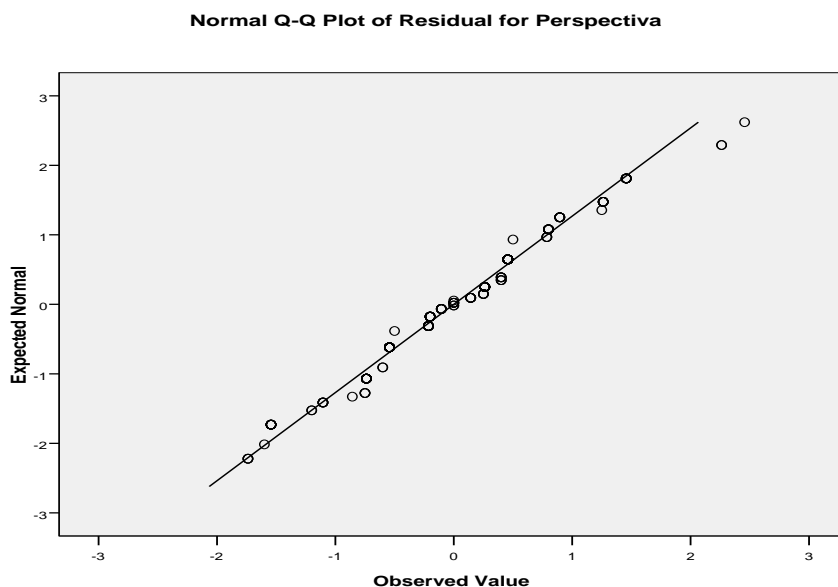
a. Lilliefors Significance Correction

**H<sub>0</sub>**: Os erros na perspectiva que os inquiridos têm sobre o RSI seguem uma distribuição normal;

**H<sub>1</sub>**: Os erros na perspectiva que os inquiridos têm sobre o RSI não seguem uma distribuição normal;

Como  $p < 0,001$  **rejeita-se H<sub>0</sub>**, concluindo-se que a distribuição dos erros na perspectiva que os inquiridos têm sobre o RSI não segue uma distribuição normal.

Recorrendo aos gráficos podemos ter uma ideia da distribuição dos pontos.



A sobreposição do conjunto de pontos sobre a recta é grande, logo, a normalidade da sua distribuição pode ser uma tendência a considerar.

Todos os pressupostos foram validados, podemos então continuar com o teste N-Way ANOVA, Obtivemos os seguintes resultados:

**Tests of Between-Subjects Effects**

**Tests of Between-Subjects Effects**

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.	Partial Eta Squared	Noncent. Parameter	Observed Power(a)
Corrected Model	18,226(b)	8	2,278	3,477	,001	,113	27,817	,978
Intercept	597,965	1	597,965	912,605	,000	,807	912,605	1,000
idade	1,709	2	,854	1,304	,274	,012	2,608	,280
habilitações	12,542	2	6,271	9,571	,000	,081	19,141	,980
idade * habilitações	2,581	4	,645	,985	,417	,018	3,940	,309
Error	142,840	218	,655					
Total	1849,000	227						
Corrected Total	161,066	226						

Dependent Variable: Perspectiva

a Computed using alpha = ,05

b R Squared = ,113 (Adjusted R Squared = ,081)

**Efeito Combinado**

**H<sub>0</sub>:** O efeito combinado da idade com as habilitações literárias dos inquiridos não gera diferenças na perspectiva sobre o RSI;

**H<sub>1</sub>:** O efeito combinado da idade com as habilitações literárias dos inquiridos gera diferenças perspectiva sobre o RSI.



Para um teste  $F = 0,985$  admitindo  $\alpha=0,05$  e com uma probabilidade associada igual a  $0,417$  rejeitamos a hipótese alternativa, portanto o efeito combinado das variáveis idade com as habilitações literárias não gera diferenças na perspectiva que os inquiridos têm sobre o RSI. Assim, não existe efeito de interacção.

**Efeito Principal:**

**H<sub>0</sub>:** A perspectiva dos inquiridos sobre o RSI não varia consoante a idade;

**H<sub>1</sub>:** A perspectiva dos inquiridos sobre o RSI varia consoante a idade.

Para um teste  $F = 1,304$  admitindo  $\alpha=0,05$  e com uma probabilidade associada de  $0,274$  aceita-se a hipótese nula, deste modo, o efeito da variável idade não gera diferenças na perspectiva que os inquiridos têm sobre o RSI, não existindo o efeito principal da idade.

**Efeito Principal:**

**H<sub>0</sub>:** A perspectiva dos inquiridos sobre o RSI não varia com as habilitações literárias dos inquiridos;

**H<sub>1</sub>:** A perspectiva sobre o RSI varia com as habilitações literárias dos inquiridos;

Para um teste  $F= 9,571$  admitindo  $\alpha=0,05$  e com uma probabilidade associada de  $0,000$  aceitamos a Hipótese alternativa, ou seja, as habilitações literárias geram diferenças na perspectiva que os inquiridos têm sobre o RSI. Existe efeito principal.

## Inquérito

# Combate à pobreza: Papel do Rendimento Social de Inserção

O presente inquérito tem como objectivo a realização de um trabalho de investigação, inserido na tese de Mestrado de Economia Portuguesa e Integração Internacional, sobre a opinião da população da cidade de Lisboa em relação ao Rendimento Social de Inserção e os seus efeitos no combate à Pobreza.

Agradece-se que dê a sua opinião sobre esta medida social, assinalando com uma cruz a opção que lhe parecer mais adequada a cada uma das perguntas.

Não existem respostas certas ou erradas, as mesmas serão confidenciais, como tal peço que seja o mais sincero possível. Agradeço desde já a sua colaboração.

### Questões iniciais – Identificação do Inquirido

#### **Vive na área metropolitana de Lisboa:**

- Sim       Não (fim do questionário)

#### **Idade:**

- Menos de 18  (fim do questionário)      18-35       36-54       55-64   
Mais do que 64

#### **Género:**

- Masculino       Feminino

#### **Habilitações Literárias:**

- Sem quaisquer habilitações       Ensino Básico  
 Ensino Secundário       Ensino Superior

#### **Condição Profissional:**

- Estudante       Trabalhador por conta própria  
 Trabalhador por conta de outrem       Desempregado  
 Reformado      Outro

Questões relacionadas com a Pobreza e Rendimento Social de Inserção

“O Rendimento Social de Inserção é uma prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária” (Fonte: “conceitos” do Instituto Nacional de Estatísticas).

Nas questões com possibilidade de resposta de “1”, “2”, “3”, “4” e “5”, considere “1” como “discordo totalmente”, “2” como “discordo”, 3 como “concordo” e “4” como “concordo totalmente”.

**A – Considera-se uma pessoa preocupada com a questão da pobreza:**

1             2             3             4             Não sei

**B – Considera-se conhecedor das medidas sociais de combate à pobreza?**

1             2             3             4             Não sei

**C – Sabe a quem se destina o Rendimento Social de Inserção?**

Sim             Não

**D – Conhece alguém ou alguma família que seja beneficiário do Rendimento Social de Inserção? (se não conhecer salte a próxima pergunta)**

Sim             Não

**D – 1) No(s) caso(s) concretos que conhece, considera que o Rendimento Social de Inserção está a ser bem aplicado?**

1             2             3             4             Não sei

**E – Considera que o Estado Português deveria aumentar o orçamento disponível para a aplicação do Rendimento Social de Inserção, podendo assim atribuí-lo a mais pessoas/famílias?**

1       2       3       4       Não sei

**F – Considera que o Rendimento Social de Inserção é uma medida que ajuda as pessoas consideradas pobres a sair da sua situação de pobreza para uma situação de inclusão social?**

1       2       3       4       Não sei

**G – Concorda com as alterações tomadas pelo Governo Português no mês de Março, em relação ao Rendimento Social de Inserção (o mesmo deixará de estar disponível para pessoas que tenham contas bancárias iguais ou superiores a 25 mil euros ou que tenham um carro, barco ou aeronave no valor superior ou igual a 25 mil euros)?**

1       2       3       4       Não sei

**H – Concorda com o facto do Rendimento Social de Inserção poder ser acumulável com outras prestações sociais (abono de família ou subsidio de desemprego)?**

1       2       3       4       Não sei

**I – Considera que os beneficiários do Rendimento Social de Inserção têm demasiadas obrigações para não perderem o acesso ao mesmo (perdem se faltarem injustificadamente a uma convocatória da segurança social, se não cumprir o programa de inserção, entre outras)?**

1       2       3       4       Não sei

Observações / sugestões:

---

---

Obrigado pela sua colaboração.